



GUIA A NÍVEL DE PAÍS - BRASIL (ESTADO CEARÁ)

Ação territorial em cena de uso e com população em situação de rua

Assessora local: Lidiane Nogueira Rebouças

Sistematizadora: Olga Maria Pimentel Jacobina

Coordenadora: Raquel Barros

Colaboradora: Maysa Mazzon

FEVEREIRO/2025

Sumário

INTRODUÇÃO	3
MARCO GERAL	5
Objetivo do guia	5
Destinatários do guia no país	5
Alcance	5
Contexto Político Normativo vinculado à política sobre drogas no Brasil	5
<i>Objetivo e missão da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)</i>	7
Contexto político normativo vinculado à política sobre drogas no estado do Ceará	8
<i>Organograma, missão e competências da Secretaria de Proteção Social no Ceará</i>	11
Marco conceitual e metodológico	13
O PROJETO PILOTO	18
Caracterização do território em que o projeto foi desenvolvido	18
<i>Compreendendo a dinâmica do território</i>	19
<i>Potencialidades da comunidade</i>	20
Projeto Piloto para quê?	21
Descrição das ações desenvolvidas na comunidade, conforme eixos do Tratamento Comunitário	21
A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO	24
Problema a ser resolvido com a política de territorialização	24
Objetivos da política de territorialização	24
Criação de dispositivo	24
Descrição do passo a passo da implementação da política	25
<i>A nível nacional</i>	27
<i>A nível estadual</i>	27
<i>A nível municipal</i>	28
<i>A nível de comunidade específica (bairro)</i>	28
Atores e responsabilidades	37
<i>Atores políticos</i>	38
<i>Atores técnicos</i>	38
<i>Atores comunitários formais</i>	38
<i>Atores comunitários não formais</i>	39
Treinamento, formação e acompanhamento	39
Resultados esperados da política	39
<i>As evidências e indicadores que apoiam a avaliação dos resultados esperados:</i>	40
Avaliação do Processo de Territorialização, na perspectiva do Tratamento Comunitário	40
Sugestões a partir da experiência do Ceará	45
Caso	46



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

47

ANEXO

49

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma, missão e competências SPS	11
Figura 2 - Dispositivo Estação do Cuidado	25
Figura 3 - Dispositivo Estação do Cuidado/CAIS	25
Figura 4 - Níveis de parcerias	27
Figura 5 – Fases para implementação da Territorialização	29
Figura 6 - Registro do mapeamento do território	30
Figura 7 - Reunião com órgãos colegiados	32
Figura 8 - Reunião com movimentos sociais	32
Figura 9 - Formação e alinhamento da equipe	34
Figura 10 - Instalação da Estrutura Física, com equipe multidisciplinar	34
Figura 11 - Parceria entre equipe e comunidade	35
Figura 12 - Oficinas terapêuticas	35
Figura 13 - Atividades culturais	36
Figura 14 - Trabalho de rua	37
Figura 15 - Conversas com parceiros	37
Figura 16 - Cuidado da horta pelos parceiros	37
Figura 17 - Rodas de conversa	38

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é uma questão multifacetada que tem relação direta com a fragilidade de diversas políticas públicas. Historicamente, a humanidade é afetada na medida em que essa situação leva ao desenvolvimento de problemáticas de diferentes naturezas. O Brasil é um país em desenvolvimento que sofre com as disparidades estruturais e sociais, resultando no aumento dos riscos de transtornos mentais, do uso de álcool e outras drogas, de indivíduos em situação de rua, entre outras questões sociais importantes. Nesse sentido, é importante incorporar estratégias multidimensionais para proporcionar à população em vulnerabilidade o suporte mínimo para enfrentar os obstáculos advindos das desigualdades sociais.

Neste contexto, o programa COPOLAD III na linha de enfrentamento das vulnerabilidades sociais relacionadas aos problemas com uso de drogas, vem estabelecendo parcerias entre sociedade civil, esfera estadual e esfera federal para promoção de ações territoriais em comunidades afetadas por questões relacionadas ao uso problemático de drogas, como as cenas de uso, população em situação de rua e/ou em sofrimento social grave. Assim, busca-se alinhar ações de base comunitárias, apostando no potencial e na geração de capacidades em território vulnerável, aplicando o modelo de Tratamento Comunitário, que acredita na prevenção e no cuidado numa lógica de desenvolvimento comunitário, incentivando a visibilização, fortalecimento e articulação do sistema de redes informais e formais, a fim de melhorar as condições de vida das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.

O processo de territorialização das políticas de drogas apresentado neste guia faz parte de uma parceria envolvendo uma comunidade localizada no estado do Ceará - Brasil; a Secretaria da Proteção Social, por meio da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas, do Governo do Estado do Ceará; a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD do governo federal brasileiro; e o Programa de Cooperação entre a América Latina, Caribe e da União Europeia sobre as Políticas de Drogas - COPOLAD.

Os momentos que caracterizaram este processo, iniciado em 2023, podem ser resumidos em quatro pontos:

1. Conhecimento das políticas existentes;
2. Formação sobre os conceitos e processos essenciais para a implementação da territorialização das políticas;
3. Formação online sobre Tratamento Comunitário (TC);
4. Experimentação de processo de territorialização por meio da criação e implementação de projeto piloto de territorialização e, conseqüentemente, produção de conteúdo para elaboração deste guia.

Este documento descreve as etapas deste processo, adotando como experiência de campo os dados do projeto piloto no Estado do Ceará, localizado no nordeste brasileiro, e como elemento conceitual e metodológico os conteúdos dos módulos do curso de formação em Tratamento Comunitário, que tem sido um dos pilares do processo de formação.

Ao longo da implantação do projeto piloto, foi realizada assessoria local com registros periódicos de cada fase desenvolvida, incluindo reuniões com a coordenação da ação para sistematização do guia. Tais reuniões cumprem tanto a função de analisar os registros

realizados, quanto de orientar a equipe local de implementação do projeto sobre os conceitos de Tratamento Comunitário e políticas de territorialização.

O desafio central de todo o processo é apresentar a articulação e desenvolvimento de uma estratégia que siga as diretrizes básicas de uma política de territorialização, com ações que incluam a construção de dispositivos que garantam o protagonismo do território e possam ser posteriormente multiplicadas. Assim, busca-se a complementaridade entre os processos construídos pela comunidade com os promovidos por instituições, ou seja, articulação entre os processos de baixo para cima e de cima para baixo.

Nesse sentido, este guia traz um resumo de todo o processo vivido, desde a aliança entre o Governo do Estado do Ceará, SENAD e COPOLAD, até a proposta de Política de Territorialização que agora se propõe, sendo organizado de acordo com as seguintes seções:

1. Marco Geral, com apresentação dos objetivos, das pessoas a quem se dirige, seu alcance, fornecendo uma contextualização do contexto político e regulatório da política de drogas no Brasil e no Ceará, bem como a sua organização no país/território;
2. Projeto piloto, com caracterização do território onde política de territorialização foi implementada, as suas potencialidades e ações do piloto que serviu como referência para o desenho da política de territorialização;
3. A política de territorialização construída, a partir dos passos dados no projeto piloto e as relações desenvolvidas para a sua implementação, bem como as redes e pessoas envolvidas neste processo;
4. O Treinamento que perpassou desde a formulação do projeto piloto até a implementação das ações no território; e os resultados esperados desta política;
5. O processo de avaliação a partir de indicadores do Tratamento Comunitário;
6. Sugestões a partir da experiência do projeto piloto, no Estado do Ceará; e
7. Uma breve apresentação de um Caso que ilustra como ações de vinculações pode alcançar resultados importantes para superação da situação de rua.

A experiência apresentada neste guia oferece exemplos de ações que podem ser realizadas para viabilizar o desenvolvimento de políticas de territorialização com comunidades e populações em situação de vulnerabilidade relacionada ao uso problemático de drogas. É o resultado de um trabalho conjunto e participativo, formado por pessoas com experiência na área de política sobre drogas, com o acompanhamento de especialistas internacionais e participação de pessoas da comunidade onde ocorreu o piloto. Espera-se que seja inspirador e motivador, para promoção de transformações com foco nas dimensões de direitos humanos, desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

MARCO GERAL

Objetivo do guia

Apresentar estratégias para implementação de ações de territorialização, a partir da identificação e construção de redes locais e comunitárias, abordando ações de prevenção, cuidado e reinserção social relacionadas à política sobre drogas. As ações desenvolvidas envolvem o modelo do Tratamento Comunitário (TC) que favorece a criação de dispositivos integrados de atenção à população em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo população em situação de rua, tendo como foco a promoção da garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida.

Destinatários do guia no país

Este guia é dirigido para as pessoas que buscam realizar projeto de territorialização e/ou que estejam encarregadas de formar e preparar desenvolvedores de ações territoriais tendo como público final, pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo população em situação de rua. Nesse sentido, é voltado a pessoas atuantes em governo municipal, estadual, federal, ou sociedade civil que são tomadoras de decisão, formadoras de opinião e formuladoras de políticas no âmbito da política sobre drogas.

Alcance

O público beneficiário é quem é atendido na ponta, ou seja, pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo população em situação de rua. Entretanto, para esse alcance final, tem-se o envolvimento de trabalhadores que têm acesso ao método, a comunidade onde o projeto é implementado, e a equipe gestora da política sobre drogas da esfera onde o projeto for implementado.

Contexto Político Normativo vinculado à política sobre drogas no Brasil

A Política Nacional sobre Drogas - PNAD, diante de transformações sociais, políticas e econômicas, tem passado por algumas reformulações e alinhamento, e sua última atualização foi editada por meio do Decreto nº 9.761/2019, reconhecendo, dentre os seus pressupostos, a necessidade de termos novas formas de abordagem e cuidados inovadores, proporcionando ações em cenários alcançando o público desses locais, muitas vezes invisibilizados (BRASIL, 2019).

A governança da Política Nacional de Drogas é realizada por intermédio do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), cuja instância máxima é o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD. Outro documento, a nível nacional, que contribui para o direcionamento de ações é o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD 2022/2027 que foi aprovado por meio da Resolução CONAD 08/2022. No ano de 2025, foi realizada revisão do PLANAD com participação social em encontros territoriais.

A PNAD, o PLANAD e o CONAD têm sido acompanhados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, que faz parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, sendo um órgão de articulação intersetorial e interinstitucional da política sobre drogas no país. Dentre os seus eixos de atuação está a promoção da reinserção social na perspectiva da redução de iniquidades, do respeito à autonomia e dignidade das pessoas. Vale ressaltar que em todas as suas ações estão alinhadas diretrizes relacionadas à participação social, combate ao racismo, promoção da igualdade de gênero, garantia de direitos e promoção a grupos vulnerabilizados.

No cumprimento de sua missão, a SENAD é composta de três diretorias:

1. Diretoria de Prevenção e Reinserção Social (DPRS);
2. Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Gestão de Informações (DPAGI); e
3. Diretoria de Gestão de Ativos e Justiça (DGA). Foi também criada uma Coordenação-Geral de Projetos Especiais sobre Drogas e Justiça Racial, ligada diretamente ao Gabinete.

A SENAD exerce, também, a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), cujo presidente é o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

A vulnerabilidade social é um problema que assola historicamente a humanidade, sendo uma questão de saúde pública, haja vista os impactos dessa condição no desenvolvimento de outras problemáticas, como o uso de álcool e outras drogas. Importante considerar também as barreiras estruturais de acesso aos direitos sociais por uma parcela da população. O Brasil, um país em desenvolvimento, sofre com as disparidades estruturais e sociais, sendo um dos resultados o aumento dos riscos de transtornos mentais, do uso de álcool e outras drogas, além do aumento de indivíduos em situação de rua, afetando diretamente a saúde mental das pessoas (WIJK; MÂNGIA, 2019). O meio em que se vive está vinculado ao acesso a serviços básicos, sendo importante incorporar estratégias multidimensionais para proporcionar a essa população o suporte mínimo para enfrentar os obstáculos advindos das desigualdades sociais.

Os problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas têm causado grande preocupação em todo o mundo. Nos últimos 10 anos, houve um aumento de 23% no número de pessoas que fizeram uso de algum tipo de drogas e de 45% no número de pessoas que sofrem de transtornos associados ao uso de drogas e percebe-se a população jovem como a mais vulnerável ao uso, bem como a mais afetada pelos transtornos associados a esse uso (UNODC, 2023).

A situação tem se tornado delicada tendo em vista o reflexo que causa em toda sociedade. O Relatório Mundial sobre Drogas 2023 do UNODC alerta para se priorizar a saúde pública, a prevenção e o acesso a serviços de cuidado, além de intensificar respostas quanto aos mercados ilícitos, caso contrário mais pessoas podem ser afetadas diante desses desafios (UNODC, 2023).

Em 2023, os dados do II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), produzido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), já traziam informações que o brasileiro vinha consumindo mais álcool e de forma mais nociva.

O 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira - III LENUD divulgado em 2019 pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, que entrevistou pessoas entre 12 e 65 anos, enfatizou que o padrão de uso do álcool tem se tornado preocupante, com mais da metade da população brasileira tendo declarado consumo de bebida alcoólica alguma vez

na vida e 30,1% informado ter consumido pelo menos uma dose nos 30 dias anteriores, destacando ainda que a maconha é a substância ilícita mais consumida no Brasil, seguida da cocaína (BASTOS, 2017). A pesquisa apresentou dados quanto à redução do uso do cigarro convencional, entretanto alertou para a ascensão das formas emergentes de fumo como cigarros eletrônicos e narguilés e os riscos da combinação de bebida alcoólica e direção, informando que 14% dos homens brasileiros dirigem após consumir bebida alcoólica (BASTOS, 2017).

O álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo permitido, sendo até mesmo incentivado pela sociedade, mesmo com o risco de provocar e/ou desenvolver dependência (ROZIN; ZAGONEL, 2012). A Organização Mundial da Saúde tem considerado uma droga que tem levado a grandes problemas de saúde pública no mundo, sendo um problema de ordem social a depender da quantidade e da frequência de uso, pois pode provocar danos graves à saúde, assim como comprometer o relacionamento familiar, social e as condições de trabalho. Além disso, o álcool e o cigarro são as drogas de mais fácil acesso na nossa sociedade, proporcionando assim um maior impacto na saúde das pessoas.

Com isso, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD tem executado ações estratégicas de parcerias com estados e municípios, que visibilizam atenção a grupos vulnerabilizados na política sobre drogas. Uma dessas estratégias é o apoio a ações territoriais a pessoas em situação de rua e extrema vulnerabilidade, com demandas relacionadas ao uso de drogas com objetivo de proporcionar acesso a direitos, inclusão social, integração a rede de serviços públicos e garantia da cidadania.

Dessa forma, além da parceria já estabelecida com COPOLAD, em 2023, em outubro de 2024, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Proteção Social, iniciou uma parceria com a SENAD, buscando fortalecer a atenção e cuidado a pessoas em território de extrema vulnerabilidade social com ênfase na prevenção à violência e facilidade de acesso a direitos como civis, políticos, sociais, econômicas e culturais.

Objetivo e missão da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)

Objetivo: atuar nos eixos voltados a prevenção ao uso de drogas e à violência; a promoção da reinserção social na perspectiva da redução de iniquidades, do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas; a descapitalização das organizações criminosas do narcotráfico e qualificação da atuação repressiva com base em inteligência e estratégia; o apoio técnico às polícias e às perícias, especialmente no que diz respeito à descoberta de novas drogas; a produção de pesquisas e análises de dados que embasem as políticas públicas sobre drogas; além da mitigação e reparação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a população, com foco especial em grupos que são desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas - mulheres, população negra, povos indígenas, crianças e adolescentes e população em situação de rua.

Missão: promover articulação intersetorial e interinstitucional da política de drogas no país, com atuação voltada a ampliação de diálogos, construção de parcerias e oferta de apoio aos estados e municípios, tendo em vista a consolidação do Sistema Nacional de Política sobre Drogas (SISNAD).

Contexto político normativo vinculado à política sobre drogas no estado do Ceará

Nos últimos anos, o estado do Ceará buscou direcionar ações visando conhecer, articular, propor e desenvolver estratégias de abordagem quanto a álcool e outras drogas. Em 2008, foi instituída a Lei nº 14.217, de 03 de outubro de 2008, que criou o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas voltado a articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas às Políticas sobre Drogas no Estado do Ceará, bem como instituiu o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

De 2010 a 2011, a Assembleia Legislativa do Ceará conduziu o “Pacto pela Vida – Drogas” articulando a sociedade cearense com objetivo de construir uma proposta de política pública em relação às substâncias psicoativas. Tal ação mobilizou centenas de instituições públicas, entidades da sociedade e cidadãos envolvidos com a problemática das drogas, com intuito de construir um diagnóstico do uso de drogas, de assistência aos usuários e elaborar um plano de ações integradas para fazer frente ao problema.

A ação teve como resultado o Plano de Ações Integradas de Enfrentamento às Drogas no Ceará, gerando as publicações “Drogas: onde buscar ajuda” e “Drogas: Eixos de abordagem” (disponíveis em:

<https://inesp.al.ce.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/27-todas-as-publicacoes-das-edicoes-inesp> acesso em novembro de 2024); além de alguns panfletos. Como resultado desse trabalho foi criada, no âmbito do Estado, a Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas - AESPD, um órgão de assessoramento para decisões estratégicas do Chefe do Poder Executivo e coordenação da política pública sobre drogas.

Em sua atuação, houve a instalação do Centro de Referência sobre Drogas na capital cearense, a articulação junto aos municípios para que fossem constituídos os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas - COMPODs (sendo criados 31, somando-se aos 46 já existentes, totalizando 77 COMPODs), a criação do Sistema Acolhe Ceará, para regulação e acompanhamento de vagas de acolhimento em Comunidades Terapêuticas - CTs conveniadas com o Governo do Estado e foi instituído o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas, por meio da Lei Complementar Nº 139, de 12 de junho de 2014.

Após a extinção da Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas (AESPD) em 31/12/14, foi criada pela Lei Estadual nº 15.773, de 10 de março de 2015, a Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD, que se constituiu o órgão central articulador do SISED e acompanhou o Conselho Interinstitucional de Políticas Públicas sobre Drogas - CIPOD, criado após alteração da Lei nº 14.217, de 3 de outubro de 2008.

A SPD em seus quatro anos de atuação (2015 a 2018) atuou em três eixos: Prevenção; Acolhimento e cuidado; e Reinserção social e profissional. Neste período, criou o Sistema Integrado de Prevenção, envolvendo cinco projetos de prevenção universal (Juventude do Futuro, Juventude em Ação, Prevenção em Família, Sementes do Amanhã, Fortalecendo minha Comunidade) atingindo 30 municípios cearenses.

Vale ressaltar que o Juventude do Futuro contemplava a parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para implementação de três programas federais de prevenção: Elos, #Tamojunto e Famílias Fortes. Em relação ao Acolhimento e Cuidado houve a ampliação dos

dispositivos com atuação de dois Centros de Referência sobre Drogas (Fortaleza e Juazeiro do Norte) e do Projeto Corre pra Vida por meio de três containers em Fortaleza (Moura Brasil, Mucuripe, Parangaba), dispositivos com equipe multidisciplinar equipados com serviços de banho, uso de sanitário, entrega de insumos, atividades lúdicas, atendimento psicossocial e perspectiva voltada à redução de danos e garantia de direitos voltados para pessoas em cenas de uso e em situação de rua. Como apoio às ações territoriais do CRD, contava-se com duas unidades móveis, além de uma linha 0800 para atendimento direto à população e de um aplicativo com informações sobre onde procurar ajuda no Estado.

O Sistema Acolhe Ceará foi fortalecido em parceria junto aos Centro de Referência Psicossocial (CAPS), instalando o sistema e equipamentos de biometria para maior controle das pessoas que, conforme avaliação, fossem encaminhadas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas (CTs), o que possibilitou um maior controle de diárias, além acompanhamento criterioso do recurso público. Houve edital de licitação na modalidade pregão - registro de preços para contratação de prestação de serviços de acolhimento voluntário em CTs, chegando a alcançar o credenciamento de 20 CTs, que eram monitoradas periodicamente *in loco* (4 ciclos/ano) pela equipe do Acolhe Ceará, incluindo no monitoramento as CTs que também recebiam recursos federal.

Para a reinserção social e profissional, foram realizadas parcerias com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, hoje SPS, por meio do Programa Criando Oportunidades, além de ter sido desenvolvido o Projeto Novas Escolhas com oferta de vagas de cursos voltados a qualificação profissional para pessoas em acompanhamento nas ações vinculadas ao "Acolhe Ceará" e CRD, ou seja, acolhidos em CTs e usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A atenção aos COMPODs nos quatro anos de SPD, conseguiu a ampliação de 80 para 118 COMPODs e a realização do I Encontro de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas, em dezembro de 2018. Em dezembro de 2018, através da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, de alteração da estrutura da administração estadual, a SPD é extinta e suas ações passam para a responsabilidade da Secretaria da Saúde - SESA, sendo criada a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas, que depois passa a ser intitulada Secretaria de Saúde Mental, e posteriormente Secretaria Executiva de Políticas em Saúde - SEPOS.

Através da Lei nº16.863, de 15 de abril de 2019 (alterada pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, regulamentada pelo Decreto 35.355, de 16 de março de 2023), a política sobre drogas é incluída na Secretaria da Proteção Social - SPS, sendo constituído neste órgão a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas que se encontra em atuação até o momento. Vale ressaltar que as ações voltadas a tratamento em equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS e o Sistema Acolhe Ceará, regulação e acompanhamento das vagas em CTs se mantiveram na SESA.

A Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas vem atuando nos eixos: 1) Prevenção, 2) Cuidado e Reinserção, 3) Educação Permanente, 4) Gestão e Controle Social, 5) Estudos e Pesquisas.

Na prevenção, atua com ações voltadas à prevenção universal com ênfase nas habilidades socioemocionais e possui projetos realizados em escolas, comunidades, equipamentos voltados ao desenvolvimento social, entre outros.



No campo do cuidado e reinserção, possui dois Centros de Referência sobre Drogas em locais estratégicos da capital, além de três unidades móveis para ações itinerantes (facilitando o acesso de pessoas em cenas de uso, população em situação de rua e aproximação com população dos municípios cearenses). Vale ressaltar que os equipamentos atuam com serviços de atendimento psicossocial, entrega de insumos, realização de grupos reflexivos, encaminhamentos para rede de atenção e reinserção social com cursos de qualificação profissional, elaboração de currículo e articulação para inserção no mercado de trabalho.

Na Educação Permanente, há cursos EaD e presenciais, capacitando profissionais, conselheiros, ou seja, pessoas que atuam na política sobre drogas ou tenham interesse na temática.

No eixo da Gestão e controle social, tem atuado realizando ações presenciais nos municípios para alinhamento e formas de abordagens na política sobre drogas, fortalecimento de conselhos locais, assessorando a construção de planos municipais de políticas sobre drogas, entre outros. A atenção aos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas - COMPODs nesta gestão conseguiu a marca de 132 municípios com conselhos constituídos (71,7% do estado). Em 2021, foi criado o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPOD, através da Lei nº 17.406, de 12 de março de 2021, realizando desde então reuniões periódicas, e também vinculação ao Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas - FEPAD à SPS, através da Lei nº 17.571, de 21 de julho de 2021. Em 2022, foi possível realizar cinco Conferências Regionais de Políticas sobre Drogas culminando na realização da I Conferência Estadual de Políticas sobre Drogas, um momento democrático com participação social, tendo como resultados proposições para o Plano Estadual de Política sobre Drogas (Portaria 280/2024 de 04/07/2024) e consolidação da Política Estadual sobre Drogas (Portaria 278/2024 de 31/07/2024).

Em sua atuação no eixo de Estudos e Pesquisas, a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas - SEXEC PSD formaliza parcerias com universidades, disponibilizando espaços para estágios de acadêmicos; apoiando pesquisas locais, regionais, nacionais e internacionais; contribuindo com disciplinas de graduação, atividades de extensão, grupos de estudos e ligas acadêmicas.

As políticas sobre drogas no Ceará têm conseguido notoriedade, ampliando ações com fortalecimento de parcerias com órgãos do poder público, entidades da sociedade civil e terceiro setor e instituições de ensino superior, adquirindo espaço para assegurar efetividade nas ações de desenvolvimento social do Estado. Percebe-se, assim, que, mesmo diante de algumas mudanças na caminhada com reformas administrativas e novos modelos de gestão da política sobre drogas, esta política pública se mantém com suas ações organizadas, em andamento e com boa evolução, sempre em busca da valorização da temática no âmbito estadual para uma melhor qualidade de vida da população.

Organograma, missão e competências da Secretaria de Proteção Social no Ceará





Missão: Promover as políticas de proteção e desenvolvimento social para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, oportunizando equidade e bem-estar.

Competências:

- Coordenar, no Estado, a formulação, a implementação, o acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas da Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional;
- Coordenar, no âmbito do Estado, a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social, observando a consonância com a legislação vigente e efetivando a construção e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas);
- Assegurar a provisão de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou proteção social especial de média e alta complexidade às famílias, e de segurança alimentar e nutricional aos indivíduos e aos grupos vulnerabilizados pela condição de pobreza e exclusão social;
- Idealizar e promover ações e projetos no âmbito do Programa Mais Infância, abrangendo: o Programa Mais Nutrição; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – Padin; a implantação de Complexos Sociais Mais Infância; a oferta de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil; a implantação de Núcleos de Estimulação Precoce – NEP; e a implantação de Centros de Educação Infantil – CEI, conforme previsto na Lei n.º 17.380, de 5 de janeiro de 2021;
- Fortalecer a cooperação técnica com os municípios objetivando, o aprimoramento do acompanhamento e monitoramento às famílias vulnerabilizadas, com crianças de 0

(zero) a 6 (seis) anos, residentes no seu município, para a efetiva superação da extrema pobreza;

- Coordenar e implementar os Programas de Transferência de Renda, em cooperação com os municípios, e setores organizados da sociedade civil;
- Promover o desenvolvimento de ações de inclusão social e produtiva de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade;
- Assessorar e viabilizar recursos humanos e infraestrutura necessária ao funcionamento da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), e dos Conselhos Estaduais relacionados às funções de competência da Secretaria, com a gestão dos respectivos fundos estaduais e efetivo controle social por meio da participação cidadã;
- Estabelecer cooperação mútua com Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como com os Conselhos Tutelares para aprimoramento dos processos de formulação e implementação das políticas públicas sob o comando da Secretaria;
- Assessorar os municípios para a implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);
- Administrar os serviços de atendimento básico ao cidadão;
- Promover a gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – Caisan;
- Articular a realização de estudos e pesquisas, sistematização e divulgação das informações relativas à execução das ações de superação da pobreza no Estado e no âmbito da Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional;
- Ampliar as oportunidades de acesso e consumo à alimentação saudável junto aos mais vulneráveis;
- Instituir processos permanentes de educação alimentar e nutricional junto aos gestores, aos profissionais manipuladores de alimentos, às entidades de rede socioassistencial e às pessoas em situação de vulnerabilidade para ampliar as oportunidades de acesso e consumo à alimentação saudável;
- Viabilizar oportunidade de estágio em órgãos públicos e privados aos adolescentes alunos de escolas públicas e encaminhados por programas sociais;
- Formular e coordenar a Política Estadual sobre Drogas e apoiar os municípios na implementação das Políticas Municipais sobre Drogas, a serem executadas em consonância com as diretrizes de saúde e com a Rede de Atenção Psicossocial;
- Desenvolver atividades de prevenção ao uso e aos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, bem como referentes ao cuidado e à reinserção de usuários, a serem executadas em consonância com as diretrizes de saúde e com a Rede de Atenção Psicossocial;
- Coordenar o desenvolvimento de políticas públicas para a prevenção ao uso e aos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, ao cuidado e à reinserção social dos usuários e seus familiares, em articulação com os órgãos federais, estaduais, municipais e em parceria com organizações representativas da sociedade civil;

- Articular ações integradas nas diversas áreas, tais como saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer, entre outras, de modo a garantir a intersectorialidade da Política Estadual sobre Drogas;
- Implementar o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, a ser executado em consonância com as diretrizes de saúde e com a Rede de Atenção Psicossocial;
- Assessorar e viabilizar recursos humanos e infraestrutura necessária ao funcionamento dos órgãos colegiados relacionados às funções de competência da Secretaria, com a gestão dos respectivos fundos estaduais e efetivo controle social por meio da participação cidadã;
- Preservar e difundir o artesanato cearense como fator de agregação de valor e melhoria nas condições de vida da população artesã;
- Realizar ações de erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento no Estado do Ceará;
- Exercer outras competências necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento

Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas - SEXEC PSD

A Secretaria Executiva de Política sobre Drogas, vinculada à Secretaria de Proteção Social, é o órgão responsável pelas ações relacionadas à Política de Drogas do Estado do Ceará. É composta por duas coordenações: Coordenadoria de Interlocução Interinstitucional da Política sobre Drogas e Coordenadoria de Políticas sobre Drogas. A primeira é subdividida em duas Células: Projeto Acolher e Articulação de Políticas sobre Drogas. Já a segunda, é composto por três células: Prevenção e Ações Temáticas; Educação Permanente, Estudos e Pesquisas; e Gestão do Centro de Referência de Políticas sobre Drogas. A partir dessa estrutura, as ações são articuladas, desenhadas, implementadas e avaliadas no estado.

Marco conceitual e metodológico

A territorialização pode ser compreendida como o processo de identificar e compreender o território específico onde uma comunidade está inserida, englobando aspectos geográficos, sociais, culturais, econômicos e políticos, entre outros, que caracterizam aquele espaço. Envolve mapear os recursos, as vulnerabilidades e as dinâmicas relacionais presentes no local.

Nesse sentido, a comunidade é entendida como um sistema de redes que define e anima um território. Seus limites e características são definidos pelas redes dos seus líderes de opinião. É um espaço geográfico, social ou simbólico, em que as pessoas possuem laços afetivos, culturais e históricos que as conectam, seja por meio de suas redes formais (organizações e instituições, como escolas, unidades de saúde, ONGs, e serviços governamentais), informais (conexões sociais e afetivas que existem naturalmente dentro de uma comunidade, sem uma estrutura institucional formal) ou ambas. É o produto visível das relações entre os líderes, sejam elas de alianças, conflitos, colaborações, etc. (MILANESE, 2018).

Portanto, o primeiro desafio é responder à pergunta: Quem são os atores políticos no nível das instituições governamentais no território? No que diz respeito ao governo, trata-se de identificar os ministérios, as secretarias e, em cada um deles, as responsabilidades e os contextos de trabalho. Quanto ao território, é identificar e incluir no processo os recursos das comunidades com as quais se está trabalhando (instituições locais, organizações e atores da

área de política, economia, saúde, educação, segurança, organizações da sociedade civil e cidadãos residentes no território).

Assim, o Tratamento Comunitário é uma abordagem que prioriza o fazer COM e não fazer PARA, que fortalece o protagonismo local e constrói redes formais e não formais, na perspectiva do fortalecimento comunitário e sustentabilidade de ações que venham a ser desenvolvidas. A horizontalidade é uma constante em suas atividades, garantindo que as estratégias sejam desenvolvidas com a comunidade, na medida em que compreende seus participantes como parceiros e não como usuários ou “receptores” de serviços. É realizada a identificação dos líderes de opinião do território, de modo que possam fazer parte e apoiar as ações, privilegiando, assim, uma intervenção de baixo para cima, que seja sustentável e integrada à cultura da comunidade atendida (BARROS et al, 2024).

Nesse sentido, alguns conceitos iniciais são essenciais para sua compreensão:

Processos de cima para baixo e de baixo para cima.

É difícil pensar em um processo de territorialização em que as instituições de governo (que se localizam acima) territorializem, ou seja, rebaixem, suas ações, iniciativas, serviços, estratégias nas comunidades de vida de seus cidadãos, considerando-as simplesmente como lugares para desenvolver políticas, buscando adesão e não aliança. Reconhecer que também existem recursos, conhecimentos, habilidades, “políticas” nas comunidades e respeitar seu protagonismo construindo alianças com cidadãos, líderes locais de opinião informais e formais, etc. As organizações e instituições locais são essenciais em cada etapa do processo de territorialização. Uma abordagem que considera as comunidades como receptoras de políticas não é um processo de territorialização.

Objetivos táticos e estratégicos.

Em um processo de territorialização de uma política de drogas, na perspectiva do modelo de Tratamento Comunitário (ECO2), há dois tipos de objetivos: tático e estratégico. Os objetivos táticos têm a ver com o produto esperado de cada ação. Os objetivos estratégicos têm a ver com o impacto de cada ação na rede que se constrói passo a passo, que é o elemento visível da existência ou não de um processo de territorialização.

Formal e não formal.

A vida cotidiana nas comunidades é geralmente regulada por relações pessoais que se estabelecem e se desenvolvem em contextos familiares, trabalho, atividades esportivas, atividades culturais, pertencimento aos mesmos bairros, microculturas, etc. Os acordos de convivência são baseados em regras não escritas fortalecidas por hábitos e costumes enraizados em representações coletivas. Isso não significa que não existam normas, regras, leis, etc. que organizem o sistema formal de convivência e entidades públicas a serem respeitadas. Isso implica que os processos que vêm de cima, quanto mais se aproximam do território, mais têm que integrar relações formalizadas com relações não formalizadas, assim como os processos que vêm de baixo, quanto mais se aproximam de níveis mais altos, mais têm que integrar modalidades formalizadas com seus estilos mais não formalizados.

Complementaridade.

Processos de cima para baixo, formais e não formais, táticos e estratégicos fazem sentido sob a condição de complementaridade. Assim, a complementaridade é uma condição na qual dois elementos aparentemente inconciliáveis ou mutuamente exclusivos são igualmente indispensáveis para explicar um fenômeno de forma exaustiva (Niels Bohr). O que é verdade na física quântica também é verdade nos processos de territorialização com a perspectiva do Tratamento Comunitário.

E para a prática do Tratamento Comunitário, mais dois conceitos são relevantes para a ação na comunidade: “rede operacional” e a “rede comunitária subjetiva”. Sua compreensão instrumentaliza a ação na perspectiva da territorialização.

Rede operacional.

É uma rede composta por recursos institucionais e serviços formais disponíveis na comunidade, como escolas, centros de saúde, ONGs, serviços sociais e outras organizações públicas e privadas. É operacional no sentido de fornecer apoio tangível, acessível e direto, formando uma infraestrutura organizada que permite a implementação de projetos e intervenções na comunidade. Para colocar a rede operacional em funcionamento, é necessário: mapear os recursos disponíveis na comunidade (equipamentos de saúde, assistência social, educação, etc.); estabelecer alianças entre serviços e instituições; facilitar o acesso a esses serviços para famílias e indivíduos vulneráveis.

Rede comunitária subjetiva.

Refere-se aos vínculos sociais e afetivos informais que se desenvolvem dentro da comunidade, como relações de vizinhança, amizades, grupos de apoio, entre outros. Essa rede é subjetiva porque envolve trocas simbólicas, sentimentos de pertencimento, confiança e solidariedade entre os membros da comunidade. É essencial para o apoio emocional e o fortalecimento das capacidades internas das pessoas. Para operacionalizar a rede comunitária subjetiva, é importante: promover atividades que favoreçam a convivência e o fortalecimento dos laços sociais (grupos de apoio, eventos comunitários); valorizar a cultura local e as práticas sociais que promovam a solidariedade; criar espaços de escuta e acolhimento que estimulem a comunicação e o apoio emocional entre os moradores.

A integração dessas redes é essencial para criar um ambiente comunitário sustentável, onde os recursos formais e informais se complementam, permitindo o estabelecimento de objetivos táticos e estratégicos para implementar a política de territorialização.

No que se refere à organização do Tratamento Comunitário, Milanese (2018) propõe os seguintes eixos: Organização e Prevenção; Assistência Básica e Redução de Danos; Educação e Reabilitação; Cuidados Médicos e Psicológicos; Ocupação e Trabalho. A esses eixos, Raquel et al (2024) acrescenta: processos e ações de vinculação (redes de pessoas); e Lazer e Cultura, sendo estes eixos transversais que se entrelaçam a todos os outros. Diante do contexto social do projeto piloto realizado pelo estado do Ceará, foi feita uma adaptação da nomenclatura do eixo Cuidados Médicos e Psicológico passando a ser abordado como Cuidados e Atenção Integral ao indivíduo.

Abaixo encontra-se uma descrição dos eixos elencados por Milanese (2018), que na próxima seção deste guia, serão exemplificadas a partir das atividades realizadas no projeto piloto.

Organização e Prevenção

- Este eixo envolve a construção e visibilização de redes dentro da comunidade, promovendo a participação ativa dos membros em todas as etapas do processo. Em vez de impor soluções, o Tratamento Comunitário busca trabalhar ao lado da comunidade, fazendo COM e não PARA, respeitando suas dinâmicas e conhecimentos locais.
- O parceiro, como ator-chave, ajuda a articular recursos e vulnerabilidades, promovendo a organização e o fortalecimento das redes comunitárias. A prevenção é entendida como uma estratégia contínua para melhorar as relações e a comunicação, enfatizando a horizontalidade nas ações.

Assistência Básica e Redução de Danos

- Este eixo assegura que as intervenções de assistência básica e redução de danos sejam guiadas pelas necessidades identificadas pela própria comunidade, fortalecendo, assim, o protagonismo local. Os líderes, tanto formais quanto informais, têm um papel central em direcionar as ações para garantir que elas sejam relevantes e sustentáveis.
- A assistência é organizada em torno de redes operacionais e subjetivas que conectam indivíduos a serviços e recursos essenciais, facilitando o acesso e criando um ambiente de suporte mútuo. Lembrando que a rede operacional é mais focada em aspectos estruturais e práticos, enquanto a rede subjetiva foca nas relações humanas e emocionais. Nesse sentido, a rede operacional garante que os recursos e serviços estejam disponíveis

e funcionando, enquanto a rede subjetiva assegura que a comunidade se sinta envolvida, apoiada e parte integrante do processo, promovendo a sustentabilidade emocional e social das intervenções.

Educação e Reabilitação

- A reabilitação e a educação são construídas a partir das experiências e necessidades da comunidade. A abordagem de baixo para cima garante que as iniciativas de educação e reabilitação estejam alinhadas com as realidades locais, promovendo o empoderamento e o protagonismo dos indivíduos.
- No contexto educacional e de reabilitação, identificar, apoiar e receber apoio de líderes locais é crucial para garantir que as ações sejam sustentáveis e possam ser internalizadas pela comunidade.

Cuidados e Atenção Integral ao indivíduo

- O cuidado e atenção ao indivíduo no Tratamento Comunitário é oferecido de maneira horizontal, onde os profissionais atuam com cuidado integrado e compartilhado, por meio de equipe multidisciplinar e intersetorial, contemplando a parceria com a comunidade, valorizando o conhecimento local e construindo relações de confiança. O parceiro desempenha um papel de facilitador, promovendo o acesso e a integração dos cuidados dentro da comunidade.

Ocupação e Trabalho

- A criação de oportunidades de trabalho e atividades ocupacionais é realizada através da construção de redes que conectam a comunidade a recursos econômicos e de capacitação. O protagonismo local é incentivado, com a comunidade liderando iniciativas que promovem autonomia e desenvolvimento sustentável.
- A inserção no mercado de trabalho e as atividades ocupacionais são desenvolvidas em conjunto com os membros da comunidade, respeitando suas habilidades e interesses, e garantindo que as soluções sejam viáveis e adequadas às necessidades das pessoas.

Lazer e Cultura

- Atividades de lazer e cultura são organizadas para fortalecer laços subjetivos e sociais, promovendo bem-estar emocional e senso de pertencimento. Este eixo também promove a horizontalidade, onde a criação e implementação das atividades são feitas em conjunto com a comunidade, valorizando as tradições e preferências locais.

Cada comunidade, território, país, adapta o Tratamento Comunitário conforme suas peculiaridades e necessidades. No entanto, deve-se tomar cuidado e evitar deixar de fora alguns itens, pois a retirada pode descaracterizar a perspectiva da territorialização na implementação de projetos e políticas.

Além do marco do Tratamento Comunitário, a ação territorial deste projeto segue as recomendações propostas na Política Nacional de População em Situação de Rua, instituída em 2009; no Plano de Ação e Monitoramento pela Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, publicado de 2023; Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua) instituída através da Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024.

Tendo em vista a publicação da Política Estadual sobre Drogas (Portaria 278/2024 de 31/07/2024) e do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas (Portaria 280/2024 de 04/07/2024), e do novo Plano de Atenção à População em Situação de Rua do estado do Ceará, em andamento, já tendo ocorrido os momentos regionais e estadual, estando em fase

de finalização, este projeto segue como já sendo uma das ações dos planos apresentados, tendo tido boa aceitação por toda a sociedade.

A articulação das ações de um projeto territorial, voltado à atenção dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, com as políticas locais, regionais e nacionais é fundamental para garantir a eficácia, sustentabilidade e impacto positivo das intervenções. Essa integração permite uma abordagem mais holística e coordenada, numa perspectiva de complementaridade, maximizando os recursos disponíveis e promovendo um ambiente de apoio e inclusão para todos os envolvidos.

Logo em seguida, será contextualizado o projeto piloto que serviu como referência para o desenho da ação territorial realizada no Estado do Ceará, localizado no nordeste brasileiro, que envolve a comunidade, profissionais, pessoas com problemas relacionados ao uso de substâncias e situação de rua, entre outros atores, garantindo a criação de dispositivo comunitário que promove pertencimento e cuidado às pessoas participantes.

O PROJETO PILOTO

Caracterização do território em que o projeto foi desenvolvido

A comunidade do projeto de territorialização é identificada como “Moura Brasil”, localizada na capital Fortaleza, estado do Ceará, Brasil. Em alguns momentos, se confunde com o Centro Comercial da cidade, tendo um fluxo de movimento potencializado por conta desse entorno. Vale destacar que, o bairro Moura Brasil tem quase 4 mil habitantes e é caracterizado pela intensa vulnerabilidade social (Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo, de 0,28,), que apresenta altas demandas de serviços de saúde, assistência, infraestrutura, dentre outras.

Embora sejam espaços que se confundam de tão próximos, é possível dizer que existe uma fronteira invisível que intensifica as desigualdades entre a área específica do “Moura Brasil”

da parte geral do Moura Brasil. De um lado, “Moura Brasil” com espaço mais organizado, casas mais estruturadas, hortas, participação forte de Organização da Sociedade Civil – OSC realizando atividade com as crianças no contraturno da escola, presença de escola e unidade de saúde. De outro lado, o “Moura Brasil”, com residências mais aglomeradas, ausência de unidade de saúde e de assistência social, com presença de pessoas sob efeito de substâncias e espaços improvisados para uso.

É uma área caracterizada pela intensa vulnerabilidade social, tendo sido considerada pelo Levantamento de Cenas de Uso em Capitais - LECUCA (2021), como cena de uso composta por uma população híbrida, formada não só por usuários e comerciantes de crack, mas também indivíduos de todas as idades que não estão relacionados à venda ou consumo da droga, sendo apenas residentes do território. Esse dado ficou demonstrado, pelo LECUCA, nos baixos índices de frequentadores em situação de rua e referindo ser de Fortaleza. Embora o território tenha pessoas vinculadas a atividades ilícitas com determinado domínio do local, elas não interferem nas ações territoriais com a comunidade e atuação dos profissionais no local.

O local possui uma disparidade social muito grande. Por um lado, por ser litorâneo, tem uma bela vista para o mar, está próximo a uma rede hoteleira e centros comerciais, a equipamentos culturais que realizam diversos eventos (Pinacoteca e Complexo de Arte e Cultura Estação das Artes) e equipamento do terceiro setor voltado à capacitação em culinária e hotelaria (Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, administrada pelo SESC). Tudo isso faz com que, em suas proximidades, tenha grande movimento de munícipes e turistas. Por outro lado, o território não é urbanizado e possui ruas estreitas. Não há espaços de lazer e entretenimento para as crianças como praças, brinquedotecas, nem mesmo bancos para que os moradores tenham momentos de descontração e diálogo. Identificou-se um pequeno espaço de referência da juventude (que jovens se reúnem para ouvir som) chamado por eles de Praça da Avenidinha (mas não tem estrutura de uma praça, é um espaço vazio). Há locais de demolição de construção (que em alguns momentos serve de cena de uso de substâncias) e locais bem característicos quanto ao uso de substâncias que a população chama de Clínica dos Bruxos.

Em 2023, o território recebeu o evento do Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia sobre a política de drogas (COPOLAD III), servindo de campo de visita para os participantes do evento que puderam interagir com a comunidade, sendo uma forma de reflexão e busca de alternativas de desenvolvimento e soluções inovadoras para as comunidades vulneráveis, beneficiando, ouvindo e valorizando as suas competências.

Após o evento, foi realizado um processo formativo de territorialização, a partir da perspectiva do Tratamento Comunitário, envolvendo gestores, trabalhadores e pessoas da comunidade, o que levou a reforçar a necessidade de um acompanhamento mais de perto da comunidade, fortalecendo uma proposta, que ainda estava no papel, de instalação de dispositivo fixo e equipe multidisciplinar para atenção às pessoas do território, construindo ações conjuntas, de forma democrática e participativa.

Vale ressaltar que a gerência dessa ação ficou com a Secretaria da Proteção Social - SPS, do Governo do Estado do Ceará, que está responsável pela política sobre drogas estadual, através da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas.

Compreendendo a dinâmica do território

Ao caminhar pelas ruas da comunidade percebe-se a existência de entidade religiosa que realiza trabalho social há muitos anos (Igreja Reval), assim como a Organização da Sociedade Civil - OSC voltada a treinar crianças para o surf (Escolinha de Surf Moura Brasil), movimento social organizado (Coletivo Raízes da Periferia), alguns espaços simples voltados a lanches e refeições, o Mercado do Sr. João Coragem (conhecido dessa forma pela população), locais com construções demolidas e outros em pleno abandono que servem de cenas de uso de substâncias.

É no outro limite do Bairro Moura Brasil (distante da cena de uso) que se localiza a Unidade de Atenção Primária em Saúde - UAPS Maria Cirilo Cruz (que é bem limitada de espaço e serviços e, apesar da distância, tem a abrangência de atender a cena de uso do “Moura Brasil”). No local há limitação de espaço físico e só possui uma equipe mínima de Estratégia de Saúde da Família (enfermeiro, médico e técnico de enfermagem e 4 Agentes Comunitários de Saúde - ACSs), que acompanha 3.259 pessoas cadastradas pelos agentes comunitários de saúde.

O Consultório na Rua da Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Projeto Estação Móvel – Política sobre Drogas do Governo do Estado do Ceará atuam na área uma vez por semana, de forma itinerante, com um direcionamento aos usuários da cena de uso.

Logo na entrada do território, próximo ao dispositivo Estação do Cuidado, há as instalações físicas do Complexo Cultural Estação das Artes (que possui o Núcleo de Articulação Comunitária Afirmativa - NACA), à sua frente está a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará. Visualiza-se da parte alta: o mar, a Capela Santa Edwiges e o Hotel Marina Park. O local é próximo à Escola de Ensino Fundamental Moura Brasil; ao Instituto Médico Legal - IML e ao Cemitério São João Batista (ao lado do Metrô);.

Durante a visita, foi comentado que a internet mais utilizada na comunidade é a ZitaNet, administrada por um morador local. Foi feito um mapeamento da comunidade, via Google My Maps (como territorialização) que pode ser visualizada no link abaixo:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt->

[BR&mid=1pQ5BLpE1Y2hPvDAaFHOtJtdoia07p1c&ll=-3.7204530972488703%2C-38.53201109999999&z=18](https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-BR&mid=1pQ5BLpE1Y2hPvDAaFHOtJtdoia07p1c&ll=-3.7204530972488703%2C-38.53201109999999&z=18)

Potencialidades da comunidade

A comunidade possui inúmeras potencialidades, como os personagens presentes, suas atividades particulares, a proximidade com a natureza e equipamentos marcantes, como por exemplo: Complexo Cultural Estação das Artes, Escola de Gastronomia, Metrô de Fortaleza - Metrofor, Instituto Médico Legal - IML, Hotel Marina Park (também considerado um espaço de shows), Centro de Turismo - EMCETUR, Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Cemitério São João Batista. O local é apresentado como território pertencente a 12º regional administrativa e faz fronteira com o importante bairro, o Centro da cidade, gerando um grande fluxo de pessoas e serviço. Somado a essa realidade, no próprio bairro há associações, coletivos, lideranças, pontos importantes, como: Avenidinha, Praça do Muriçoca, Escolinha de Surf e o Núcleo de Articulação Comunitária e Afirmativa - NACA, ligado ao Instituto Mirante (que também administra o Complexo da Estação das Artes e a Pinacoteca).

Para além das potencialidades estruturais, é possível observar a identidade cultural forte na comunidade, com a sua rede comunitária subjetiva, o que pode promover engajamento comunitário, além de atrair apoio de outros parceiros. Essa rede subjetiva pode ser ainda lembrada como rede de apoio mútuo, sendo importante para a disseminação de informações, mobilização de recursos e criação de uma base sólida de suporte para iniciativas comunitárias.

Os moradores do “Moura Brasil” possuem um conhecimento profundo da área local e frequentemente possuem sabedoria tradicional transmitida ao longo das gerações. Esse conhecimento pode ser vital para o desenvolvimento de soluções adaptadas e sustentáveis para os desafios enfrentados pela comunidade.

Dentro da comunidade há um pequeno local aberto, que especialmente os jovens se reúnem para conversar, há atividades em grupo realizadas por um coletivo social (Raízes da Periferia), há ações sociais para crianças e jovens realizadas por uma Organização da Sociedade Civil - OSC (Surf) e Entidade Religiosa (Igreja Revival e Igreja Assembleia de Deus - parte alta, Igreja Santa Edwiges - parte baixa).

Possui uma localização estratégica por ser fácil e rápido de acessar as lojas comerciais, evitando pegar transporte para realizar compras (sendo possível se deslocar a pé), assim como a facilidade da população em participar de eventos culturais e artísticos com entrada gratuita. Além de ter uma bela vista para o mar que pode ser apreciada a qualquer momento.

A população é bem acolhedora e, embora haja espaços considerados cena de uso, não há impedimento de circulação de profissionais pelo território, favorecendo que o cuidado seja prestado a todos.

No território há uma cozinha do Programa Ceará sem Fome, que fornece diariamente para a população local 100 unidades de marmitas (popularmente conhecidas no Ceará como quentinhas). A instituição cadastrada para a entrega das quentinhas é a Igreja Revival.

Os estabelecimentos comerciais, de fácil acesso à comunidade, que se destacam no território são: Mercado Sr. João Coragem (em frente à Igreja Revival), Centro Comercial Pedro e Cacau, Mercadinho Abençoado (mercadinho muito conhecido na comunidade), Tacos Burguer (point de happy hour, de momentos de entretenimento), Praça do Sr. Muriçoca (pracinha com várias atividades à noite e que possui também um açaí bem conhecido - GB Açaí); Pizzaria.

Vale ressaltar que a Praça do Sr. Muriçoca já fica na entrada da outra parte do território, e não dentro da comunidade propriamente como é a Avenidinha.

Projeto Piloto para quê?

Uma política de territorialização que toma por base os eixos do Tratamento Comunitário, prescinde da organização de um processo formativo que, em seu escopo, já dá início a criação de várias alianças e relações que comporão os objetivos estratégicos e táticos na implementação das ações. O desenvolvimento do projeto piloto é, por si só, uma ação formativa que experimenta estratégias de vinculação, de mapeamento das potencialidades do território, do desenho de parcerias possíveis que sustentarão as ações que comporão a política de territorialização. Nesse sentido, diante das demandas identificadas no territórios, suas potencialidades e dinâmica organizativa, o objetivo estratégico do projeto piloto foi promover estratégias de territorialização construídas com pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo população em situação de rua; contemplando atuação de pessoas da sociedade civil, da esfera estadual e

municipal, tendo como foco a promoção da garantia de direitos e a melhoria da qualidade de vida.

Para alcançar tal objetivo estratégico, várias ações foram desenvolvidas na comunidade, com finalidades, por vezes, mais voltadas para a ação em si (objetivos táticos), mas que ao fim e ao cabo, possibilitaram a construção da política de territorialização a partir da implementação do Projeto Piloto. Abaixo descrevemos as ações desenvolvidas na comunidade.

Descrição das ações desenvolvidas na comunidade, conforme os eixos do Tratamento Comunitário

Abaixo encontra-se a descrição das atividades realizadas durante o projeto piloto, ancoradas nos eixos do Tratamento Comunitário, que subsidiaram a construção da Política de Territorialização que será descrita na próxima seção deste guia.

Organização e Prevenção

- Realização de Mapeamento das Políticas Públicas e estudo detalhado das políticas locais, regionais e nacionais relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional e Estadual sobre Drogas, Política Nacional de População em Situação de Rua e outros programas específicos;
- Atualização quanto às Legislações pertinentes, como leis de saúde mental, direitos dos usuários de substâncias e regulamentos sobre o tratamento e superação dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e de situação de rua;
- Estabelecimento de Redes, formando parcerias com instituições governamentais e não governamentais, formalizando com termos de cooperação técnica entre as instâncias;
- Viabilização de reuniões periódicas com a comunidade para ouvir as demandas, promover discussões das ações realizadas, receber feedbacks e contribuições, revisar cronograma de atividades, planejar novas ações, entre outros temas, dando oportunidade para participação ativa das dos parceiros com o projeto;
- Encaminhamento das demandas resultantes das reuniões, que precisam de decisões de gestão e articulação maior, para os órgãos/entidades vinculadas para análise e providências cabíveis, dando um retorno na próxima reunião, ou já consolidando a demanda, antes mesmo do novo momento;
- Atuação na defesa e promoção de políticas públicas eficazes, participando de fóruns, conselhos e outras instâncias de deliberação e formulação de políticas;
- Conscientização e mobilização de toda a comunidade na realização de campanhas de conscientização e mobilização social;
- Contribuição no desenvolvimento de metodologia voltada a cuidado e reinserção social, podendo servir de modelo para ser implementados em todo o país, promovendo e facilitando o acesso a garantia de direitos.

Assistência Básica e Redução de Danos

- Promoção de rodas de conversa voltadas ao fortalecimento de fatores de proteção e redução de fatores de risco aos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- Disponibilidade de atendimento psicossocial com equipe multidisciplinar;
- Realização de ações conjuntas, promovendo a Integração de serviços como serviços de saúde, assistência social, educação e segurança pública para criar uma rede de apoio abrangente e integrada (terça-feira presença do Consultório na Rua, Estação do Cuidado, NACA e comunidade);

- Contribuição no alcance de necessidades básicas dos beneficiários do projeto como: emissão de certidão de nascimento, Carteira Nacional de Identificação - CIN, Título de eleitor, carteira de trabalho, entre outros;
- Acompanhamento de processos judiciais, orientando quanto a situação, como proceder;
- Promoção do acesso a benefícios de transferência de renda, aluguel social, vale gás, entre outros;
- Encaminhamento para serviços, estabelecendo protocolos de encaminhamento para saúde, assistência social, entre outros.

Educação e Reabilitação

- Realização de ações educativas conforme a realidade da comunidade e momentos de datas alusivas (tanto de reflexão e conscientização, como comemorativas). Atividades voltadas a orientações quanto ao autocuidado, cuidado com meio ambiente e resíduos sólidos, campanhas de alerta quanto a riscos sociais e de saúde (câncer; infecções sexualmente transmissíveis; planejamento familiar; álcool, tabaco e outras drogas; entre outras);
- Articulação de parcerias com saúde, perpassando a parceria com o Consultório na Rua, unindo forças com a área da odontologia, oftalmologia, urologia, psiquiatria, ginecologia, saúde coletiva, etc.;
- Articulação com parcerias com outros setores como educação (como EJA e qualificação profissional) para promover a melhoria da escolaridade e potencializar a entrada no mercado de trabalho;
- Qualificação da equipe do projeto e dos parceiros sobre as políticas públicas e as melhores práticas na atuação comunitária, incluindo contexto de pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e população em situação de rua;
- Implementação de um sistema de monitoramento e avaliação das ações do projeto, para um melhor acompanhamento dos dados e garantir a eficácia e a continuidade das intervenções.

Cuidados e Atenção integral ao indivíduo

- Atendimento psicossocial;
- Oferta de banhos, uso de sanitário, corte de cabelo e barbearia, higiene bucal.
- Acesso a lanche (sucos, frutas e biscoitos).

Ocupação e Trabalho

- *Promoção de cursos de qualificação profissional conforme interesse e necessidade da comunidade, com a área que mais se identifiquem, incluindo orientações quanto ao empreendedorismo;*
- *Construção e impressão de currículos;*
- *Facilidade no processo de cadastramento para oferta de emprego e participação em entrevistas;*
- *Realização de feiras para valorização de produtos elaborados na comunidade;*
- *Contratação de pessoas com histórico de situação de rua para participar dos projetos de cuidado implementados na comunidade.*

Lazer e Cultura

- Acesso dos beneficiários às atividades culturais promovidas em equipamentos próximos à comunidade;
- Promoção de momentos musicais e de arte em tela, desenhos, rimas e rappers, entre outros, valorizando as tradições e preferências locais.



A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO

Problema a ser resolvido com a política de territorialização

A partir do processo formativo e parcerias (formais e informais) estabelecidos para desenvolvimento de Projeto Piloto, desenvolvido em Fortaleza, por meio do Governo do Estado do Ceará, no Brasil, foram identificados subsídios para o desenho e implementação da Política de Territorialização aqui apresentada. Nesse processo, foi identificado qual problema este Guia busca mitigar: Altos índices de vulnerabilidade e riscos sociais e de saúde relacionados ao uso problemático de drogas, além de dificuldade de acesso às políticas públicas de cuidado pela população mais vulnerável de comunidade muito vulnerabilizada pela pobreza, desigualdade social e uso problemático de drogas. Esse cenário favorece o desenvolvimento de cena de uso de substâncias, o que compromete o bem-viver da comunidade.

Objetivos da política de territorialização

Considerando o problema identificado, esta Política de Territorialização busca reduzir os altos índices de vulnerabilidade, riscos sociais e de saúde relacionados ao uso problemático de drogas e dificuldade de acesso às políticas públicas de cuidado (saúde, assistência social,

trabalho, cultura, lazer, etc.) pela população de comunidades muito vulnerabilizadas pela pobreza, desigualdade social e uso problemático de substâncias, por meio do **fortalecimento e construção de redes locais e comunitárias, buscando a promoção da garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida**, no que se refere aos aspectos de vulnerabilidades identificados na comunidade.

Criação de dispositivo

“De serviço para Dispositivo Comunitário: no serviço há o indivíduo competente que serve e um receptor vulnerável (usuário do serviço). Já o dispositivo comunitário visibiliza o potencial do desenvolvimento de vínculos e suas competências na produção da proteção social” (MILANESE; 2018, p.5)

Diversos instrumentos têm o potencial de se tornarem dispositivos, na medida em que são realizados a partir do envolvimento COM e DA comunidade, com objetivo de destacar seu protagonismo na produção da proteção social. Neste Guia, será evidenciado enquanto dispositivo o **fortalecimento e construção de redes locais e comunitárias**, que contará com o apoio **da instalação de estrutura física (contêiner) na comunidade e contratação de equipe multidisciplinar** para atenção às pessoas do território, construção de ações conjuntas, de forma democrática e participativa.



No Estado do Ceará, a estrutura foi chamada **Estação do Cuidado**, contando com salas de atendimento, espaços para banho, uso de sanitário, escovação de dentes, fazer a barba e lavar as roupas.

Vale ressaltar que em território que não consiga ter o apoio institucional com estrutura modular (contêiner), a própria comunidade pode ver possibilidade de um espaço que consiga ter um chuveiro, sanitário e lavatório para que o público consiga promover seu autocuidado; ou então ver a possibilidade de uma estrutura tipo banheiro químico. Durante o mapeamento do território, os atores podem identificar recursos já utilizados pela comunidade, ou que têm potencial para tal, a partir do estabelecimento de redes e parcerias.

Tomar um banho e fazer a barba, são exemplos de estratégias de aproximação e que promovem o bem-estar, mas é possível que sejam adotadas outras estratégias de aproximação e vinculação com pessoas em vulnerabilidade ou problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e/ou em situação de rua.

Assim, ressalta-se que a base de atuação não é ter a estrutura modular instalada, mas sim a promoção de estratégias voltadas à prevenção, educação, redução de danos,

inclusão/reinserção e envolvimento comunitário. Embora as redes formais sejam importantes, as estratégias comunitárias são fundamentais para que se tenham políticas de Estado e não só de governo, sendo perenes mesmo com mudanças de gestão, evitando uma descontinuidade. Para isso, o envolvimento comunitário deve estar fortalecido, com as estratégias de territorialização entranhadas em sua cultura.

Descrição do passo a passo da implementação da política

“Os processos que vêm de cima, quanto mais se aproximam do território, mais têm que integrar relações formalizadas com relações não formalizadas, assim como os processos que vêm de baixo, quanto mais se aproximam de níveis mais altos, mais têm que integrar modalidades formalizadas com seus estilos mais não formalizados”.

Nesse sentido, para implementação de ações de territorialização é importante o estabelecimento de parcerias em diferentes níveis e com diferentes atores, na perspectiva de construir laços que promovam proteção social e garantam a sustentabilidade da política. É importante que sejam construídos espaços de confluência dos processos que vêm de cima para baixo e os de baixo para cima, de modo que o protagonismo da comunidade não fique sobrepujado aos interesses institucionais. Por isso a importância em estabelecer os objetivos táticos e estratégicos, contando tanto com as redes formais, quanto com as informais, em um processo de complementaridade onde todos têm importância e buscam o bem comum, de forma orgânica e transversal, conforme diagrama abaixo.

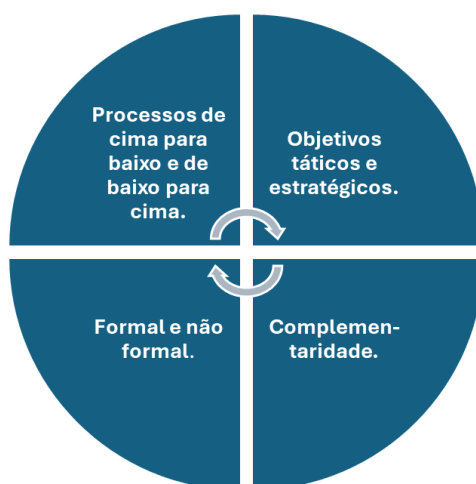


Figura 3 - Conceitos essenciais do Tratamento Comunitário

Além disso, a construção da política com base comunitária conta com parcerias em diferentes níveis federativos e comunitários, conforme ilustrado no diagrama abaixo, onde é indicado o objetivo de cada nível de atuação, que foi imprescindível para construção e sustentação da

política de territorialização aqui apresentada. Também é importante destacar, que a construção deste guia partiu das ações realizadas no âmbito Estadual, no entanto, é possível também que seja aplicado para projetos que venham a ser desenvolvidos a partir de Municípios ou Comunidades, desde que sejam feitas as adaptações necessárias das redes a serem mobilizadas/construídas/fortalecidas.



Figura 4 - Níveis de parcerias

A nível nacional

Identificar e estabelecer parcerias que possam dar sustentabilidade técnica, financeira e política.

Pensando na perspectiva de baixo para cima, a partir do desenvolvimento do projeto piloto, é importante fazer articulação para apresentar uma proposta do projeto de territorialização para a secretaria responsável pela política de drogas no Brasil, no caso, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

Esse é um passo importante na medida em que pode coadunar com políticas que estejam sendo desenvolvidas pelo ente federal. No caso, após apresentação do projeto piloto desenvolvido na comunidade à SENAD, esta demonstrou interesse, tendo em vista que o órgão pretendia lançar um projeto voltado à implementação do Centro de Acesso a Direitos e Inserção Social – CAIS. As ações do Centro são direcionadas, prioritariamente, a pessoas em

No caso do Ceará, a proposta foi inserida como uma meta do Plano Nacional Ruas Visíveis, voltado a pessoas em situação de rua, que foi publicado em 2023.

situação de rua e extrema vulnerabilidade social, com demandas relacionadas ao uso de drogas com objetivo de propiciar acesso a direitos, inclusão social, integração da rede de serviços públicos e garantia da cidadania. Nesse sentido, vê-se a confluência de interesses tanto da comunidade, quanto das instituições envolvidas com o cuidado das populações mais vulnerabilizadas pelo uso problemático de drogas.

Diante do interesse da SENAD, é apresentado um plano de trabalho detalhando as atividades, os indicadores e proposta orçamentária, para tramitação da formalização de parceria. Um instrumento importante para formalizar a parceria é sua inclusão nos instrumentos de planejamento de cada órgão.

A nível estadual

Estabelecer parcerias que, além de dar suporte para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos, dão também suporte para as ações táticas da política. Cada ente tem autonomia para estabelecer parcerias locais, nacionais e internacionais, o que dá sustentação operacional e estratégica à política.

Observa-se que o Estado tem autonomia para fazer parcerias tanto com organismos internacionais, quanto com nacionais e municipais. É importante identificar em uma política de baixo para cima, quais instrumentos e parcerias são importantes para darem sustentação para as ações desenhadas COM a comunidade. É o exercício de baixo para cima e de cima para baixo que deve ser uma constante nos projetos de base comunitária. Portanto, identificar organismos internacionais, nacionais e municipais que possam apoiar o desenvolvimento de projetos pilotos, pode ser estratégico para conseguir apoio para implementação da política que se pretende na comunidade.

A nível municipal

Identificar em nível municipal parceiros que podem compor a rede operacional da política.

Identificar quais equipamentos vinculados à gestão municipal, podem ser parceiros para participar do desenho e implementação do projeto, como por exemplo: Consultório na Rua (a unidade móvel se desloca para o território); Unidade de Atenção Primária em Saúde - UAPS (encaminhamentos e acompanhamento de casos) e serviços de assistência social como CRAS, CREAS e Centro Pop para os casos de vulnerabilidade que precise de vinculação.

Esses são exemplos de parcerias possíveis em nível municipal. A depender da característica de cada cidade, outras parcerias podem ser pensadas para contribuir na construção do dispositivo comunitário.

A nível de comunidade específica (bairro)

Ao se propor um projeto de territorialização busca-se identificar necessidades do território por meio de observação de ações, visitas e pesquisas realizadas anteriormente no local. Com isso, elabora-se uma proposta territorial a partir da articulação comunitária, envolvendo a própria comunidade, movimentos sociais, os equipamentos do entorno, a contratação de equipe para acompanhamento e instalação de um dispositivo físico de referência (como ponto de apoio). As fases relacionadas à articulação com a comunidade estão resumidas no diagrama abaixo, onde podem ser observados os passos identificados para desenho e implementação da política. Lembrando que enquanto cada passo desse acontece na

No projeto do Ceará, os dados do CENSO 2021 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Levantamento em Cena de Uso - LECUCA no território do “Moura Brasil” foram importantes para esse momento inicial. Nesta experiência, foi importante a atuação da Unidade Móvel da Política sobre Drogas com equipe de abordagem itinerante, contribuindo com as ações.

comunidade, com a identificação dos atores chave, mapeamento das necessidades do território, etc., parcerias em nível municipal, nacional e internacional vão acontecendo de forma concomitante e interrelacionada, num exercício complexo de equalizar os processos de cima para baixo e os de baixo para cima, de modo que os recursos, habilidades e o protagonismo da comunidade sejam reconhecidos e valorizados, estabelecendo alianças importantes para a implementação e sustentabilidade da territorialização.

CONSTRUÇÃO/FORTELECIMENTO DE DISPOSITIVOS COMUNITÁRIOS



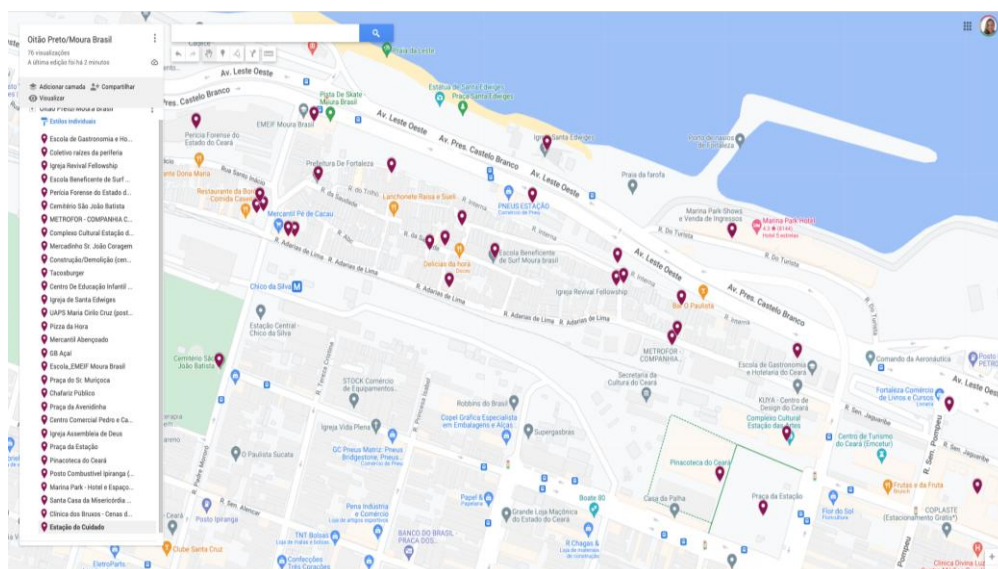
Figura 5 – Fases para implementação da Territorialização

1ª fase – Análise dos dados do território e identificação de atores chave na comunidade.

Consiste em selecionar o máximo de informações relacionadas ao território onde se pretende atuar, como: dados de pesquisas, censos, levantamentos; além de identificar as pessoas chave do território. Após a análise dos dados, são realizadas ações locais junto ao público, como estratégia de aproximação e vinculação. Pode-se mobilizar os parceiros para atendimento psicossocial, momentos de escuta, encaminhamentos para equipamentos (conforme a necessidade), entrega de insumos, entre outros. Como forma de vinculação e maior aproximação com a comunidade, recomenda-se que ações como essa ocorram, pelo menos, uma vez por semana no território, ou seja, que o trabalho de rua seja constante por meio dos recursos disponíveis para tal.

2ª fase – Mapeamento do território, participação em atividade formativa para intervenção, identificação de demandas da comunidade, formação de rede operativa e subjetiva comunitária.

Nessa fase destaca-se o mapeamento do território, feito tanto por atores institucionais, quanto por pessoas da comunidade. Esse processo contribui para que a proposta seja potencializada e aprimorada, despertando para o fortalecimento do envolvimento comunitário nas atividades que venham a ser desenvolvidas. Para isso, os envolvidos realizam caminhada pela comunidade, ouvindo pessoas da comunidade e registrando suas demandas, de modo que possam levantar os pontos principais do processo de territorialização. Instrumentos como Diário de Campo, Mapa de Redes, Entrevistas, entre outros, são fundamentais para o mapeamento e identificação das redes do território. É possível utilizar a plataforma gratuita do Google "My Maps" para inserir as informações do mapeamento territorial. Além disso, é importante pensar em um processo formativo que ancore a aproximação no território, oferecendo subsídios vivenciais, técnicos e instrumentais para uma abordagem que possibilite tanto os registros, quanto ações de vinculação com e na comunidade.



Na experiência do estado do Ceará, quando o projeto estava sendo idealizado para ser desenvolvido na comunidade, aconteceu o evento da COPOLAD em Fortaleza/CE, que culminou com uma visita ao território, oportunizando a participação de profissionais e membros da comunidade para realização de um curso de territorialização, como base no Tratamento Comunitário, da COPOLAD. Como atividade do curso, houve uma maior aproximação de atores institucionais e pessoas do território, e, assim, foi realizado um mapeamento do local.

Além disso, fizeram a diferença as articulações com equipe Núcleo de Articulação Comunitária e Afirmativa - NACA do Instituto Mirante que administra o Complexo Cultural Estação das Artes, tendo em vista que já estavam com momentos na comunidade e possuem pessoas do território

3ª fase – Criação de um espaço consultivo com diferentes atores envolvidos no processo para identificação dos objetivos estratégicos e táticos da política.

Nessa fase, são realizadas reuniões com atores locais e representantes de órgãos e instituições preocupados com a situação do território para pensar em propostas que possam fazer a diferença para melhoria da vida das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, em cenas de uso ou em situação de rua.

É estabelecido na comunidade um espaço, regular (com dia e hora combinados), para construção participativa das ações e alinhamento de fluxos. Antes disso, é importante identificar se na comunidade já há espaços dessa natureza e se podem figurar como rede de apoio ao projeto.

Nesse momento, o objetivo tático é mapear o local, de modo que essa ação em si fortaleça o vínculo das instituições com as pessoas da comunidade, possibilitando, assim, a emergência do objetivo estratégico, no caso deste projeto, criar o dispositivo comunitário que sirva de referência para as ações de territorialização.

4ª fase – Sistematização das informações para construção da proposta de abordagem da política de territorialização.

Momento de convidar os órgãos colegiados (Conselhos de Drogas, Comitês de Monitoramento da Política para População em Situação de Rua, etc.), para maior envolvimento do controle social e busca de novos olhares, assim como movimentos sociais, pessoas do território e representantes institucionais (Universidades, Secretarias de Estado e Nacionais, etc.), podendo ser momentos presenciais ou remotos para apresentação das informações coletadas e apresentação dos próximos passos a serem realizados no território, e alcançar mais parcerias. Nessas reuniões, busca-se caminhos para dar andamento às ações pactuadas com a comunidade, de modo que a aliança com ela seja fortalecida, não figurando apenas como espaço de recepção de políticas de cima para baixo, e sim sendo reconhecidos seus conhecimentos, habilidades e políticas existentes. Os participantes podem opinar, trazer discussões quanto à temática, sempre finalizando com proposições, que precisam ser registradas por um relator para publicização da proposta pactuada posteriormente.



5ª fase – Validação da proposta desenhada, garantindo orçamento para o desenvolvimento das ações.

No contexto do projeto do Ceará, o momento foi para apresentar a ideia de contratação de equipe multidisciplinar e instalação de dispositivo no local, que também contemplaria parcerias para as ações. Estiveram membros do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPD, Conselho Estadual dos Direitos da População em Situação de Rua e em Superação da Situação de Rua - CEPOP, Movimento de População de Rua, Secretaria da Proteção Social, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria da Cultura, Secretaria das Cidades, Secretaria do Trabalho, Defensoria Pública, Instituições de Ensino Superior.

Ao finalizar a construção do projeto a partir das necessidades identificadas no território e da pactuação com a comunidade, controle social e instâncias formais, é elaborada a previsão

orçamentária para que, no território, possa ter apoio físico para as ações de vinculação e

No caso do estado do Ceará, o governador aprovou recurso para dar seguimento à proposta que contempla uma estrutura modular com instalação de água, energia elétrica, internet, sala de atendimento e administrativa, box para banho e uso de sanitário, higiene bucal, barba, corte de cabelo, espaço para lavagem de roupas e atividades lúdicas, conforme o alinhamento realizado na construção participativa da fase anterior.

proteção social a serem desenvolvidas junto aos pares. O projeto contempla a instalação de estrutura modular, contratação de equipe, aquisição de materiais e insumos para atividades territoriais. O documento é enviado ao gestor da esfera estadual (governador) através de gestor da pasta voltada à política de Assistência Social para que seja analisado para inclusão nas ações e projetos prioritários do Estado. A depender do Estado, outras Secretarias podem se destacadas para coordenar o projeto, como Secretaria de Drogas, Saúde, Cultura, etc.

6ª fase – Mobilização de recursos na comunidade e organização da rede operativa para desenvolvimento das ações.

Após o alcance do recurso, segue-se para elaboração e lançamento de Edital de Chamamento Público voltado a selecionar uma Organização da Sociedade Civil - OSC para contribuir na execução da ação territorial. Vale ressaltar a importância de, no momento da seleção de profissionais da equipe, buscar beneficiar pessoas da comunidade, o que pode potencializar as atividades por conhecer melhor o território, as lideranças, as pessoas da comunidade, as potencialidades e desafios locais. Para equipe de abordagem de campo, é lançado um outro edital de seleção destinado a pessoas em situação e superação de rua, com flexibilidades de carga horária (20h/semana) e período de duração (6 meses). A proposta é que eles sejam intitulados “Agentes Sociais de Rua” e sejam vagas rotativas (bolsas) como oportunidade de se capacitarem, melhorarem o currículo, estarem recebendo acompanhamento e orientações, conhecerem as vivências de trabalho como rotinas e normativas. Nesse processo de tempo, é importante que aconteça articulação territorial ou então com a pasta governamental voltada ao trabalho, para que seja alcançada uma oportunidade de emprego formal (caso a pessoa tenha interesse). Ao contratar pessoas que fazem parte da comunidade e selecionar pessoas em situação ou superação de rua para serem bolsistas, busca-se fortalecer a aliança com a comunidade e as pessoas envolvidas no projeto, na medida em que

são vistas como parceiras, que também dispõe de recursos, e não somente como meras beneficiárias de serviços.

7ª fase – Realização de processo formativo e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e monitoramento para implementação da política.

Após instalação da estrutura modular em local estratégico e contratação dos profissionais, são realizados momentos de formação e alinhamento em relação à política sobre drogas, população em situação de rua e formas de abordagem de atendimento ao público. Também são elaborados planilhas e instrumentais para uso no projeto. Embora a seleção dos profissionais seja direcionada a pessoas com perfil para a realização das atividades, faz-se necessário que todos estejam alinhados quanto a política de atuação. Periodicamente, são realizados momentos de qualificação quanto ao trabalho em equipe e estudos específicos no que se refere às diversas políticas públicas envolvidas.

Vale ressaltar que a elaboração de instrumentais a serem utilizados na execução, controle, monitoramento e avaliação das ações do projeto, possibilitará que, desde o início, os registros e percepções importantes possam subsidiar tomadas de decisões mais assertivas, além de ser essencial para o monitoramento e a avaliação processual e contínua. Percebe-se que o processo formativo é inerente a toda implementação da territorialização, desde a primeira visita realizada na comunidade até a instalação da estrutura modular e contratação da equipe. A equipe é formada pela comunidade que fala sobre suas necessidades e recursos, além de compartilhar com a equipe seu conhecimento sobre si. Da mesma forma, a comunidade faz parte também dos processos formativos, numa perspectiva de complementaridade onde um precisa do outro.



8ª fase – Instalação de ESTRUTURA FÍSICA com equipe multidisciplinar, como ponto de

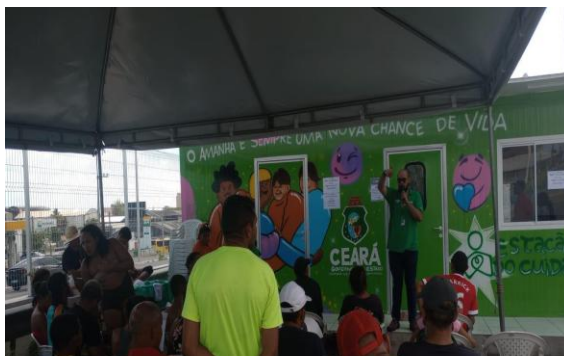
Abaixo encontram-se links das seleções realizadas no projeto do Ceará.

https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/09/EDITAL-DE-CHAMAMENTO-PUBLICO-No-16_2024-ESTACAO-DO-CUIDADO.pdf

<https://www.iacce.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Edital-de-selecao-bolsas.pdf>

apoio

Com o início das atividades da equipe multidisciplinar (enfermeiro, assistente social, psicólogo, redutor de danos, apoio administrativo e logístico) as visitas locais ao território se fortalecem, bem como as reuniões locais com a comunidade. Essa regularidade de presença no território de forma articulada com a comunidade fortalece a manutenção do dispositivo comunitário de proteção social.



9ª fase – Fortalecimento da parceria entre as redes formais e informais que fazem parte da comunidade.

A equipe necessita estar em constante articulação com a Rede de Saúde, Assistência Social e de Apoio para a manutenção das ações de encaminhamento e acompanhamento das pessoas participantes das ações do programa. Além disso, realiza momentos com a comunidade local, incluindo a participação de representantes locais que lidam com o público atendido. Todo esse alinhamento e envolvimento, promove o bom andamento do fluxo e atenção à população.



Assim, são oferecidas diariamente atividades de autocuidado com entrega de insumos de higiene, tendo como objetivo fomentar o cuidado de si e aproximar a população em vulnerabilidade com a equipe para cadastramento, orientações, atendimento, acompanhamento, encaminhamentos, reinserção social. Oficinas terapêuticas também acontecem, sendo momentos lúdicos ou roda de conversa para despertar a reflexão, promover conhecimento e fornecer apoio.



Acredita-se na importância do acompanhamento dos parceiros na Rede de Atenção, como forma de contribuir para fortalecimento de vínculo e garantia de seus direitos, incluindo apoio aos familiares, além de aproximar os serviços e equipamentos. Os acompanhamentos realizados seguem a linha de Projetos Terapêuticos Singulares construídos entre profissionais, usuários e familiares, conforme cada caso.

Atividades de reinserção social ocorrem como forma de elaborar currículo e melhorá-lo, com oportunidades para cursos de qualificação profissional.

Visitas sistemáticas são realizadas às casas de uso de drogas, com o intuito de divulgar as ações, levar a assistência e fazer vínculo com a população que não procura a Rede de Atenção.

Momentos de busca ativa acontecem a fim de sensibilizar e orientar quanto a importância do acompanhamento, podendo ser feita por análise da equipe do projeto, solicitação de familiares ou equipamentos da rede de atenção (ex: paciente de Tuberculose, HIV, sífilis) ou parceiros institucionais.

Atividades de parcerias para ações comunitárias, culturais, de justiça, de saúde, de educação, de geração de emprego e renda, entre outras, poderão ser realizadas no local, unindo-se às ações já existentes. São todas ações que têm como objetivo fortalecer o dispositivo comunitário construído como espaço de cuidado PARA e COM as pessoas da comunidade. Nesse sentido, segue um resumo das ações que a serem estabelecidas de forma contínua no território:

Inclusão de agentes sociais: Envolver os próprios membros da comunidade em situação de rua como agentes sociais no projeto, permitindo que contribuam com abordagens, cadastramento do público e diálogo com a população local.

Bolsistas do próprio território: Oferecer oportunidades de bolsas para membros da comunidade local, incentivando sua participação ativa nas atividades do projeto e garantindo que suas vozes sejam ouvidas.

Participação em atividades educativas: Estimular que membros da comunidade participem e liderem atividades educativas, como palestras sobre saúde, redução de danos, artes, cultura, esportes, lazer, e qualificação profissional.

Engajamento em atividades culturais: Envolver a comunidade em atividades culturais, como pintura, artesanato e música, proporcionando um espaço para expressão criativa e compartilhamento de tradições locais.



Mobilização para eventos: Convidar membros da comunidade para ajudar na mobilização e organização de eventos realizados pelo projeto, garantindo uma participação ativa e representativa.

Colaboração na identificação de necessidades: Consultar a comunidade para identificar suas necessidades específicas, garantindo que as ações do projeto estejam alinhadas com as demandas reais da população local.



Feedback e sugestões: Estabelecer canais de comunicação abertos para que os membros da comunidade possam fornecer feedback, sugestões e críticas construtivas sobre o funcionamento do projeto.



Participação em grupos de apoio: Criar grupos de apoio liderados pela comunidade, onde os membros possam compartilhar experiências, buscar apoio mútuo e desenvolver estratégias para enfrentar desafios comuns.

Envolver líderes comunitários: Trabalhar em parceria com líderes comunitários reconhecidos para garantir que o projeto seja aceito e apoiado pela comunidade em geral.



Promover a inclusão social: Além de fornecer serviços e apoio, o projeto deve trabalhar para promover a inclusão social dos membros da comunidade, permitindo que se sintam valorizados e parte integrante da sociedade.



10ª fase – Monitoramento, avaliação e educação permanente da política de territorialização.

Torna-se necessário a realização de reunião periódica de monitoramento, avaliação dos dados e educação permanente. Momentos com a população atendida, comunidade, equipamentos locais e parceiros são importantes para análise das ações realizadas, readequação e melhorias, conforme a necessidade. A equipe de profissionais do projeto necessita passar por momentos de atualização do conhecimento, deverá ainda analisar periodicamente as informações registradas em planilhas para observar se as metas estão sendo atingidas, se as metas/produtos estão sendo alcançados e buscar adequações e melhorias para o projeto. Parcerias com instituições de ensino superior para avaliação das ações por meio de pesquisas avaliativas, contribuem para potencializar as evidências científicas, como forma de subsidiar tomada de decisões assertivas no alcance de êxito na execução das ações.

Atores e responsabilidades

Os atores são as peças-chave para a realização do projeto, sendo importante conhecer o máximo de pessoas do território, pois elas são recursos importantes para implementação de políticas públicas. Alguns podem ter muitos anos de atuação territorial, enquanto outros podem ter pouco tempo de experiência em territórios e comunidades. Pode-se considerar ainda as pessoas que têm interesse em fazer isso futuramente. Para essa construção coletiva,

é preciso compartilhar conhecimento, vincular-se com as pessoas, de modo que uma rede subjetiva comunitária possa ser formada. A pergunta chave para identificação de uma rede subjetiva comunitária é: Com quem eu penso que posso contar? E para quê? A partir dessas perguntas, é possível identificar pessoas que podem estar no campo para figurar, em algum momento, como rede de apoio de alguém ou alguma instituição.

Já um grupo de trabalho precisa de, no mínimo, cinco pessoas e que essas sejam preparadas da melhor forma. Vale destacar que destas cinco pessoas, pelo menos uma deve ser um membro da comunidade ou da população vulnerável ou profissionais da área psicossocial.

Outra consideração a ser feita é que os atores podem desempenhar papéis diferentes na comunidade. Por exemplo, um líder comunitário também pode atuar como gestor político. Assim como uma liderança informal, pode desempenhar o papel de especialista em alguma área. Essas funções são definidas à medida que o território é mapeado e os relacionamentos

Na atuação direta do projeto do Ceará, as principais atrizes políticas foram a gestora atuante no cargo de Secretária Executiva de Política sobre Drogas e uma gestora vinculada como Coordenadora de Políticas sobre Drogas, ambas da esfera estadual.

vão se definindo.

Atores políticos

Os atores políticos se caracterizam como gestores em políticas públicas e coordenação interinstitucional que possuem participação em espaços de decisão e incidência nas ações da política. No entanto, podem estar investidos de cargo público ou apenas ter poder suficiente para incidir nas ações e decisões do projeto. São pessoas importantes de serem feitas alianças na medida em que sua atuação pode fortalecer ou minar as ações de territorialização.

Atores técnicos

Os atores técnicos são pessoas com formação e/ou experiências e setores específicos, como por exemplo os profissionais especialistas no âmbito da educação, saúde, serviço social, psicologia, redução de danos, desenvolvimento comunitário, entre outros.

Vale ressaltar que para contratação dos profissionais vinculados institucionalmente para atuar no território, leva-se em consideração currículo, interesses em vivências territoriais, mas também conhecer o território. Assim, são dadas oportunidades para moradores locais e pessoas em situação e/ou superação da situação de rua, seguindo a recomendação dos indicadores de territorialização.

Atores comunitários formais

Os atores comunitários formais no geral são representados pelos líderes comunitários e representantes de associações locais.

Atores comunitários não formais

Pessoas da comunidade que, embora não tenham uma função específica, possuem alguma liderança que influencia o processo.

No projeto do Ceará, há o pastor da Igreja Evangélica Revival, o facilitador do Coletivo Raízes da Periferia e do Coletivo Arruaça, um pesquisador do patrimônio cultural da região, articuladora local e educadora social, o responsável pela OSC está vinculado a Escolinha de Surf, responsável pelo Mercado Sr. João Coragem (em frente à Igreja Revival).

Treinamento, formação e acompanhamento

Na sessão onde foram descritos o passo a passo para implementação da territorialização, é possível perceber que o processo formativo atravessa toda a política, desde sua formulação até a implementação. De toda forma, alguns momentos serão aqui destacados como sendo essenciais para garantir que o que está sendo implementado de fato é uma política de

No dispositivo Estação do Cuidado, desenvolvido pelo Estado do Ceará, há as seguintes categorias profissionais: enfermeiro, assistente social, psicólogo, redutor de danos e **ainda temos** apoio administrativo e os agentes sociais de rua.

Além destes, há o professor de capoeira, o professor do curso de qualificação profissional, professora da educação para jovens e adultos e o odontólogo (vinculado ao SESC).

Quanto aos profissionais da unidade de saúde, tem-se o médico, o enfermeiro, o técnico de enfermagem e o agente comunitário de saúde.

Quanto aos profissionais da cultura, há os educadores sociais e articuladores territoriais.

territorialização e não somente a oferta de serviços desarticulados em um território.

A equipe do Governo do Estado do Ceará passou por uma qualificação em abordagem sistêmica e comunitária, para que pudesse aplicar o conhecimento no território. Além disso, participou das atividades formativas sobre Tratamento Comunitário, com COPOLAD, bem como teve o acompanhamento, durante a implementação do projeto piloto, no qual foram feitas discussões sobre as ações do projeto e desenvolvimento deste guia.

A Assessoria Local da SENAD também tem feito momentos quinzenais de acompanhamento das atividades da equipe no território, acompanhando as ações e alinhando fluxos.

E em data e horário fixo (toda primeira terça-feira do mês às 14h) está estabelecida a **reunião periódica com a comunidade**. Momento importante para uma construção participativa das ações, alinhamento de fluxos, potencializando a participação de todos os interessados nas ações territoriais voltadas a pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de drogas e/ou em situação de rua.

Para início das atividades, é feito um momento de treinamento da equipe esclarecendo o projeto e alinhando às políticas públicas sobre drogas, de população em situação de rua e ações territoriais. É importante estabelecer parcerias que possam dar respaldo técnico-político às ações que se pretende desenvolver NA e COM a comunidade e que elas perdurem ao longo de todo o processo. Além disso, é importante envolver os diferentes atores no processo formativo.

Resultados esperados da política

- Pessoas em situação de vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua, com habilidades socioemocionais e de vida fortalecidas; com maior acesso aos serviços sociais e de saúde.
- Laços sociais e afetivos fortalecidos, diminuindo assim os fatores de risco para os problemas relacionados ao uso de substâncias, através de atividades de lúdica, lazer,

cultural, artística, entre outras.

- Pessoas em situação de vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua, com oportunidades para capacitação e qualificação profissional.
- Projeto com equipe capacitada na política pública e com instrumentais, formulários, planilhas construídas e sistema desenvolvido.
- Pretende-se alcançar a formação de uma equipe atuante, a realização de oficinas formativas, implantação de sistema, estrutura do contêiner mantido, pessoas beneficiadas pelo projeto e atendimentos realizados.

As evidências e indicadores que apoiam a avaliação dos resultados esperados:

Relatórios mensais de frequência, produção, oficinas, registros fotográficos, fichas de cadastro, acompanhamento e encaminhamento, registros de campo; sistema digital; planilha de controle diário de pessoas que passaram pelo projeto com coluna referente a entrega de insumos, uso banho/sanitário, atendimentos de profissionais da equipe multi, ligação telefônica, etc; formulário de Busca ativa/ visita domiciliar quando necessário; termo de consentimento livre e esclarecido (para situações de imagem, dados de pesquisas) e planilhas em Excel para registros de dados (para possíveis relatórios).

Avaliação do Processo de Territorialização, na perspectiva do Tratamento Comunitário

A Rede Americana de Intervenção em Situações de Sofrimento Social (RAISSS) tem desempenhado um papel crucial no avanço de uma abordagem abrangente da territorialização. Para isso, desenvolveu um conjunto de indicadores que vão além da mera quantificação das realizações. Esses indicadores promovem a visão do processo, respeitando os caminhos e histórias já vivenciados por cada comunidade, cidade, região e país. Eles nos permitem conhecer o progresso no processo de territorialização e o caminho que resta. Dessa forma, eles fornecem um enquadramento e detalham a essência da territorialização, considerando as particularidades e dinâmicas de cada território. A descrição detalhada e seu processo operacional estão publicados no Guia COPOLAD III - Guia de boas práticas e modelos de intervenção na América Latina e no Caribe e na União Europeia para enfrentar as vulnerabilidades sociais relacionadas às drogas (2024). Experiências do território (<https://copolad.eu/wp-content/uploads/2024/04/Guia-buenas-practicas-abordaje-de-vulnerabilidades-sociales-relacionadas-con-las-drogas-3.pdf>).

Indicadores	Sim (✓)	Não (X)
Indicadores referentes ao dispositivo (contexto da ação, experiência ou política)		
A prática, iniciativa ou política inclui trabalho de rua.		
A prática, iniciativa ou política está formalmente conectada com outras práticas, serviços ou equipes.		

A prática, iniciativa ou política inclui trabalho com a comunidade.		
A prática, iniciativa ou política inclui no trabalho moradores das comunidades.		
A prática, iniciativa ou política faz parte de uma abordagem territorial.		
O acesso inclui atividades de busca ativa (*outreach*).		
O acesso é de baixa exigência (*low threshold*) e implica estratégias de busca ativa.		
Existe um dispositivo de trabalho virtual.		
Indicadores referentes à equipe		
A equipe tem, no mínimo, 5 pessoas.		
Pelo menos um membro da equipe é operador par.		
Pelo menos um membro tem conhecimento em serviço social, psicologia, sociologia, antropologia ou enfermagem.		
Pelo menos um membro da equipe tem competências em desenvolvimento sustentável.		
A equipe recebe acompanhamento técnico.		
A equipe possui uma rede no território com, no mínimo, 30 pessoas.		
Existe uma rede operativa composta por pessoas do território.		
Indicadores referentes às atividades		
Pelo menos 30% das atividades são realizadas fora do espaço de trabalho da equipe.		
As atividades abrangem pelo menos duas das seguintes dimensões:		
- Prevenção/organização comunitária		
- Assistência básica/redução de danos		
- Educação/reabilitação		
- Atendimento médico ou psicológico		
- Ocupação e trabalho		
- Lazer, jogos, artes		
- Identificação e inclusão de recursos na comunidade		
- Mediação e resolução de conflitos		
- Inclusão de práticas anteriores e suas capacidades instaladas		
- Representação da comunidade		
- Oportunidade e complementaridade		
Indicadores referentes à comunidade ou território		
A comunidade está em condição de alta vulnerabilidade relacionada às drogas.		
Membros da comunidade participam da definição da política.		
Membros da comunidade participam da implementação da política.		
A comunidade ou território está claramente definido geográfica ou virtualmente.		
A comunidade ou território tem uma estrutura de comunicação clara.		
Indicadores referentes à política		
Existe uma mesa de discussão/planejamento da política territorial.		
Existe um plano de ação geral que inclui territorialização.		
Existe um documento no qual são definidas prioridades.		

Existe um programa no qual a ação, iniciativa ou prática está inserida.		
Existe um marco legislativo que sustenta a política.		
O país definiu um orçamento econômico compatível com a iniciativa.		
A política possui eixos transversais comuns com outras políticas.		
A prática, política ou iniciativa está alinhada ao plano de ação.		

Análise dos dados do território e identificação de atores-chave na comunidade.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
1.	Busca de estudos, pesquisas e experiências territoriais	X		X	
2.	Identificar os atores-chave na comunidade	X		X	
3.	Reunião com parceiros no território	X		X	
Mapeamento do território, participação em atividade formativa para intervenção, identificação de demandas da comunidade, formação de rede operativa e subjetiva comunitária.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
4.	Realizar curso de Tratamento Comunitário COPOLAD	X		X	
5.	Levantamento de demandas da comunidade	X		X	
6.	Reuniões com equipe COPOLAD	X		X	
Criação de um espaço consultivo com diferentes atores envolvidos no processo para identificação dos objetivos estratégicos e táticos da política.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
7.	Mobilizar pessoas e instituições de referência quanto a ações territoriais e execução de políticas para compartilhar a proposta e trazer contribuições	X		X	
Sistematização das informações para construção da proposta de abordagem da política de territorialização.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
8.	Elaboração do projeto com clareza no método e parametrização dos custos	X		X	
Validação da proposta desenhada, garantindo orçamento para o desenvolvimento das ações		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
9.	Apresentação da proposta para o gestor de órgão de referência da política pública	X		X	
10.	Ajustes do projeto conforme análise do gestor do órgão de referência da política pública	X		X	
11.	Apresentação do projeto para o Governador do Estado	X		X	
12.	Aprovação do Governador para realização do projeto com destinação de recurso	X		X	

13.	Apresentação do projeto final (com recurso garantido) para o controle social via conselho de política sobre drogas e população em situação de rua	X		X	
Identificação de recursos na comunidade e organização da rede operativa para desenvolvimento das ações.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
14.	Articulação no território para alcance de espaço estratégico que possa ser instalada a estrutura modular de apoio voltada a ação territorial com as pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, população em situação de rua e comunidade.	X		X	
15.	Formalização/alinhamento com instituição/comunidade quanto a definição do local	X		X	
16.	Instalação de estrutura modular no território	X		X	
17.	Construção do edital de seleção de Organização da Sociedade Civil para executar o projeto	X		X	
18.	Lançamento e divulgação do Edital de seleção de Organização da Sociedade Civil para executar o projeto	X		X	
19.	Processo de seleção de Organização da Sociedade Civil para executar o projeto	X		X	
20.	Construção do edital de seleção de Agentes Sociais de Rua	X		X	
21.	Lançamento e divulgação do Edital de seleção de Agentes Sociais de Rua	X		X	
22.	Processo de seleção de Agentes Sociais de Rua	X		X	
23.	Articulação com instituições de oferta de emprego para que os agentes sociais de rua possam conseguir oportunidade de emprego após a finalização da bolsa	X		X	
Realização de processo formativo e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e monitoramento para implementação da política.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
24.	Qualificação da equipe voltada a sua atuação	X		X	
25.	Produção de material informativo quanto ao projeto	X		X	
26.	Apresentação do projeto e da equipe para a comunidade	X		X	
27.	Divulgação de material impresso na comunidade	X		X	
28.	Divulgação de material digital nas redes sociais	X		X	
29.	Informar a imprensa local sobre o projeto	X		X	
30.	Reuniões periódicas (mensal) com as pessoas do território e usuários dos serviços	X		X	
31.	Monitoramento mensal dos indicadores estabelecidos para acompanhamento das ações	X		X	
32.	Momento avaliativo com as pessoas do território e usuários do serviços a cada 6 meses	X			

33.	Realizar termos de cooperação técnica para apoio e sustentabilidade do projeto	X		X	
34.	Educação Permanente com os profissionais da equipe e dos equipamentos do território	X		X	
35.	Participação de gestor da esfera estadual em momentos de reunião territorial com comunidade e profissionais	X		X	
36.	Construção de fluxos	X			
Implementação da política de territorialização com fortalecimento dos dispositivos comunitários.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
37.	Atendimento psicossocial/multidisciplinar	X		X	
38.	Atendimento quanto a processos judiciais	X		X	
39.	Atendimento voltado às necessidades de emissão de documentos, benefícios de transferência de renda	X		X	
40.	Dose supervisionada de tuberculose, hanseníase, ou outros tratamentos	X		X	
41.	Abordagem de campo	X		X	
42.	Grupo reflexivo com momento para se deliciar com suco/frutas/chá/biscoito	X		X	
43.	Práticas integrativas e complementares (escalda pés,	X		X	
44.	Atividades lúdicas, artísticas e culturais	X		X	
45.	Prática esportiva (capoeira)	X		X	
46.	Cuidado com a horta	X		X	
Fortalecimento da parceria entres as redes formais e informais que fazem parte da comunidade.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
47.	Ações territoriais envolvendo num único dia presença de serviços de diversos parceiros (emissão de documentos, orientação jurídica, inscrição em cursos de qualificação profissional,	X		X	
48.	Acompanhamento do Movimento Nacional de População em Situação de Rua	X		X	
49.	Participação da equipe no acompanhamento do Plano Estadual de Política sobre Drogas	X			
50.	Participação da equipe no Plano Estadual de Atenção à População em Situação e Superação de Rua	X			
Monitoramento, avaliação e educação permanente da política de territorialização.		PREVISÃO		REALIZADO	
		Sim	Não	Sim	Não
51.	Reunião periódica e monitoramento, avaliação dos dados	X		X	

53.	Análise periódica das informações registradas em planilhas para observar se as metas estão sendo atingidas	X		X	
54.	Treinamento e formação contínua dos profissionais	X		X	
55.	Parcerias com instituições de ensino superior para pesquisas avaliativas, epidemiológicas, etc	X		X	
56.	Visitas a outros projetos de territorialização para contribuir fortalecimento das ações	X		X	

Sugestões a partir da experiência do Ceará

Com o propósito de criar vinculação do projeto na comunidade e que ele alcance o status de política pública no futuro, algumas estratégias podem ser consideradas:

- Contratação de profissionais da equipe, priorizando os residentes no território;
- Realização de edital para ter bolsistas, priorizando a seleção para pessoas em situação e/ou superação de rua (ciclo de seis bolsistas a cada 6 meses, dando a possibilidade de várias pessoas serem contempladas);

<https://www.iacce.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Edital-de-selecao-bolsas.pdf>

- Parceria com o Governo Federal, com acompanhamento de assessoria local da SENAD, contribuindo nas articulações, construção de fluxos, ações locais e o vínculo comunitário;
- Qualificação dos envolvidos nas ações do território, em especial, em política de humanização, gestão participativa, políticas sobre drogas e política para pessoas em situação de rua;
- Identificação de dispositivos de envolvimento com a comunidade como mapeamento do território, realização de reuniões periódicas na comunidade e grupos reflexivos com entrega de lanches, horta comunitária, prática esportiva, práticas integrativas e complementares, corte de cabelo, curso de qualificação profissional;
- Investimento na Comunicação. Para uma maior aproximação da comunidade, identifica-se a necessidade de um telefone de contato institucional ou de pessoa de referência do território. Assim, a divulgação do número aproxima a comunidade, em uma situação de contato mais rápido, de uma agilidade quanto houver necessidade;
- Fortalecer os recursos comunitários. Durante a realização do mapeamento e nos momentos de caminhada pela comunidade, são identificados muitos potenciais no comércio (mercearias, depósitos de material de construção, padaria, barzinho, lanchonete, loja de açaí, pizzaria). Esses locais são grandes potenciais de apoio e parceria, além das redes formais/institucionais, encaminhando as pessoas para as ações, dando um direcionamento para a equipe quanto à situação atual no território.
- Manutenção dos espaços consultivos comunitários. Isso irá se somar aos momentos de reuniões periódicas com a comunidade, que fortalecerá vínculo e conduzirá para um bom direcionamento das ações.

- Importante a realização de mobilizações em datas alusivas, campanhas, momentos culturais e artísticos, atividades de cidadania, entre outras, pois contribuem para a participação da população, fazendo com que seja protagonista da intervenção. Com essa abordagem, identifica-se a potencialidade da comunidade para realização de atividades de lazer e cultura que fortaleçam os dispositivos comunitários criados.

Caso

Depoimento de uma advogada do projeto do Ceará que está presta atendimento no território, junto às ações da Estação do Cuidado.

A advogada que atua no apoio da Estação do Cuidado, em menos de um mês de atuação no território, conseguiu articular a entrega de duas certidões de nascimento. Segue abaixo o relato da mesma quanto a um caso de emissão de Carteira de Identificação Nacional - CIN:

“Boa tarde, Lidiane! Queria só lhe repassar algo muito bom que aconteceu! Quarta-feira (16/10) atendi uma pessoa na Estação do Cuidado. Ela necessitava da 2ª via da nova Carteira de Identificação Nacional - CIN, mas tinha dúvidas a respeito, também porque não ia ter como arcar taxas, já que se tratava da 2ª via. Ela estava nitidamente mal emocionalmente. Conversei com ela, tentei acalmar... Orientei e disse que ela viesse hoje (18/10) ao CRD Centro (*próximo ao território*), que é o dia que eu atendo, que eu iria tentar ajudá-la. Ela veio e expliquei o caso ao Cleidilson, coordenador da Casa do Cidadão (*instalada no mesmo prédio do CRD Centro*), que prontamente nos ajudou com toda atenção, e a CIN dela foi devidamente solicitada. Era necessário até uma declaração que o CRAS fornece para isenção dessa taxa, e o Cleidilson tratou disso também. Deu tudo certo!

Ela me disse também que depois da conversa que tivemos na Estação do Cuidado ela voltou a morar com a mãe, saiu das ruas. Ah! E a Secretaria de Administração Penitenciária - SAP deu o aval para solicitarmos também certidão de casamento! Ontem (17/10) já recebemos a 1ª certidão de casamento solicitada!”

A emissão de um documento pode parecer uma coisa simples, mas para pessoas que acumulam desvantagens de acesso a políticas públicas tão básicas pode se constituir em desafios, por vezes, intransponíveis. Desafios esses que levam a outras rupturas, como por exemplo acessar outros direitos, indisponíveis pela ausência de documentos, ou à volta para convivência familiar, como ocorreu com a moça que foi atendida pela advogada. Observa-se que não foi um mero atendimento de prestação de serviço, foi isso também. Mas foi ainda uma forma de ser vista, de ter sua necessidade reconhecida e sua demanda encaminhada, a ponto de ela voltar na unidade para contar dos progressos realizados. É nesse sentido que falamos da formação de vínculo como dispositivo comunitário e não da mera prestação de um serviço etéreo. Casos, como esse mencionado, podem contribuir ainda mais na vinculação das atividades comunitárias do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. da S.; SANTOS, E. L. dos; SILVA, E. A. da; MILANESE, E.; NOTO, A. R. Viabilidade do tratamento comunitário na América Latina: perspectivas inovadoras para o cuidado de

peessoas em sofrimento social. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 18, n. 54, p. 52–78, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.12601593. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4665>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (org.). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal*. 2023.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Proteção Social. *Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará – Cemarís 2023*. Dezembro, 2023. Disponível em: https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2023/12/CEMARIS_2023_CGSUAS.pdf. Acesso em: out 2024.

COPOLAD III. *Guía de buenas prácticas y modelos de intervención en América Latina y Caribe y la Unión Europea en materia de abordaje de vulnerabilidades sociales ligadas a las drogas: experiencias desde el territorio*. COPOLAD, Janeiro, 2024. Disponível em: <https://copolad.eu/wp-content/uploads/2024/04/Guia-buenas-practicas-abordaje-de-vulnerabilidades-sociales-relacionadas-con-las-drogas-3.pdf>. Acesso em: fev 2025.

MILANESE, E. *Tratamento comunitário: manual de trabalho*. Brasília: Editora Technopolitik, 2018.

ROZIN, L.; ZAGONEL, I. P. S. Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 25, n. 2, p. 314–318, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. *World Drug Report 2023*. United Nations publication, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

WIJK, L. B. VAN; MÂNGIA, E. F. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 9, p. 3357–3368, set. 2019.

Links de legislações mencionadas:

BRASIL. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. *Política Nacional sobre Drogas - PNAD*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm. Acesso em: out 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.348, de 21 de março de 2023. *Estrutura da SENAD*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11348.htm. Acesso em: out 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. *Levantamento de Cenas de Uso em Capitais – LECUCA*: São Paulo, Fortaleza e Brasília. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD 2022/2027*. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua->

[protecao/politicas-sobre-drogas/plano-nacional-de-politicas-sobre-drogas-com-registro-isbn.pdf/view](#). Acesso em: out 2024.

CEARÁ. Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023. *Estrutura Organizacional SPS*. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/8260-lei-n-18-310-de-17-02-2023-d-o-17-02-2023>.

Acesso em: out 2024.

CEARÁ. Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. *Política Estadual sobre Drogas*. Disponível em: https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/08/03_POLITICA_ESTADUAL SOBRE DROGAS CE 28.05.24_1.pdf. Acesso em: out 2024.

CEARÁ. Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. *Plano Estadual de Política sobre Drogas 2024-2027*. Disponível em: https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/08/Plano_Estadual_FINAL.pdf. Acesso em: out 2024.

ANEXO

Parcerias em curso pelo Governo do Estado do Ceará

1. Articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos:

Já foi articulado com a SENAD uma parceria para atuação no território e o processo de plano de trabalho já foi analisado e aprovado pela SENAD, como forma de fornecer contribuições para a Estação do Cuidado da Secretaria da Proteção Social. Um reforço às ações territoriais fortalecendo as atividades a serem realizadas pela equipe multidisciplinar junto a população do território.

A SENAD possui uma assessoria local de referência que reside no Estado do Ceará que tem contribuído no acompanhamento das ações da equipe e na construção de fluxos.

2. Atuação da Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará:

A SPS através da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas vem com a atuação voltada a:

- Garantir um dispositivo de referência/apoio centra no território para contribuir na aproximação entre equipe multidisciplinar e população, com equipe multidisciplinar, funcionando todos os dias, de segunda a sexta-feira de 8h às 17h e sábados e domingos pela manhã. No local há disponibilidade para tomar banho, fazer uso de sanitário, fazer a barba, corte de cabelo, atendimento psicossocial,
- Contribuir para que o público assistido possa ter acesso à documentação básica (acesso à certidão de nascimento, RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor, reservista...)
- Proporcionar visitas e ações de campo com abordagens territoriais, rodas de conversa, atividades lúdicas reduzindo os fatores de risco e fortalecendo os fatores de proteção aos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas (e outros comportamentos de risco) com perspectiva de redução de danos sociais e à saúde, em construção coletiva e participativa.
- Facilitar o acesso do público assistido aos serviços e equipamentos da rede de atenção do território (saúde, assistência social e outras políticas), conforme a necessidade do usuário;

- Ofertar momentos voltados a habilidades socioemocionais, atenção social e à saúde favorecendo o acolhimento, a prevenção, o cuidado, a socialização e as oportunidades para reinserção social e profissional;
- Contribuir na divulgação, mobilização, inscrição e acompanhamento do público assistido em atividades voltadas à reinserção social e profissional (estudos/melhoria da escolaridade, construção de currículo, inscrição e participação de cursos de qualificação profissional, orientação quanto a trabalho e formas de geração de renda).

OBS1: Quatro profissionais da equipe foram capacitados no curso de cabeleireiros e atuam no corte de cabelo no local.

OBS2: contratadas pessoas do território e em situação de superação de rua para compor a equipe.

A SPS através da Secretaria Executiva da Proteção Social a atuação será voltada a:

- Capacitar e promover um acompanhamento dos profissionais da proteção social básica e especial, e instituições parceiras do território, quanto às particularidades da região, atentando-se aos indicadores locais;
- Fomentar a inserção de pessoas em vulnerabilidade social, com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e em situação de rua nos projetos e programas regulamentados pela Lei nº 18.037/2022 (Programa Capacita Ceará).

A SPS através da Secretaria Executiva da Infância, Família e Combate à Fome a atuação será voltada a:

- Criar estratégias direcionadas às crianças e famílias, vinculadas ao público assistido.
- Criar estratégias para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- Articular ações voltadas à alimentação/cozinhas solidárias (Ceará sem Fome com plano específico para esse público ou construção de nova modalidade de programa que contemple esse público).

3. Atuação da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Ceará:

- Ofertar periodicamente turma de escolarização voltada a Educação de Jovens e Adultos - EJA (média 35 pessoas), conforme a demanda apresentada;
- Identificar a demanda do público assistido quanto à escolarização, e fazer a articulação com o município, conforme a necessidade.
- Destinar um profissional de referência para fazer um levantamento das necessidades locais e acompanhar as atividades da educação (sugestão: pedagogo/a);
- Articular espaço com adequação para sala de aula do EJA em equipamentos próximos ao contêiner (Complexo Estação das Artes, Escola de Gastronomia ou outro local possível).
- Articular para que as aulas oferecidas pela educação tenham alimentação.

OBS: Durante visita de mapeamento e diálogo com parceiros, foi identificada no território, a necessidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Assim, foi firmado entre a Secretaria da Proteção Social e Secretaria da Educação um Termo de Cooperação Técnica para a instalação da turma EJA no território. Encontra-se em articulação com a SESC a

disponibilidade de sala na Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, tendo em vista que eles já disponibilizam turma de EJA e de qualificação profissional. Está sendo analisada a disponibilidade de aula em outro local estratégico no território.

4. Atuação da Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará:

- Realizar ações periódicas no local voltadas à educação em saúde, contemplando imunização, testagem rápida, e coleta de escarro.
- Garantir o acesso do público encaminhado aos serviços de saúde;
- Destinar um profissional de referência para atuar junto a equipe do projeto, em especial, no acompanhamento das ações e casos vinculados à saúde como: tuberculose, ISTs (sífilis, HIV, Hepatite..), problemas com uso de drogas e saúde mental.
- Realizar ações periódicas com consultório móvel voltado à saúde odontológica.
- Disponibilizar material voltado às atividades dos profissionais de saúde (aparelho de glicemia, fita de glicemia, estetoscópio, aparelho de pressão arterial, oxímetro, balança digital, fita métrica, etc); insumos para distribuição como preservativos e lubrificantes; além dos necessários para procedimentos como: esparadrapo, gazes estéreis, atadura, soro fisiológico, luva descartável, entre outros.
- Manter constante articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, em especial, com a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (incluindo participação da equipe da Estação do Cuidado) para melhor fluxo de encaminhamento à rede, além de construção de protocolos.
- Contribuir no processo de regulação de vagas em leitos psiquiátricos, leitos de desintoxicação, unidades de acolhimento, comunidades terapêuticas, entre outros, conforme demanda de atendimento ao público assistido.

5. Atuação da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará:

- Disponibilizar de forma contínua uma sala/espço (climatizada, com cadeiras móveis e equipamento audiovisual). para uso em atividades de curso de qualificação profissional, Educação para Jovens e Adultos - EJA, entre outras atividades que forem necessárias de vinculação da população do território;
- Destinar um profissional de referência para atuar junto ao projeto no acompanhamento das ações e casos vinculados à cultura e arte.
- Contribuir na mobilização social no território a fim de direcionar para ações dos parceiros;
- Proporcionar momentos artísticos e culturais abertos à participação do público assistido pelo container
- Garantir acesso do público assistido nas programações específicas dos equipamentos culturais
- Contribuir com a equipe da Estação do Cuidado na identificação de necessidades do público em relação às questões econômicas, sociais e culturais, assim como outras que possam surgir como saúde e assistência.
- Promover espaços de escuta, diálogo, participação social, incluindo a condução de grupos reflexivos.

- Implementar atividades de arte educação PARA e COM a PopRua.

6. Atuação da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará:

- Contribuir na localização de pessoas desaparecidas (12ª DH);
- Acompanhar a agilidade na entrega dos documentos emitidos pela PEFOCE;
- Direcionar para parceria na Estação do Cuidado profissionais da segurança pública com qualificação para atuar junto ao público, evitando estigmas, preconceitos, promovendo a escuta e evitando violações de direitos.
- Atuar no acompanhamento das ações da Estação do Cuidado e, sempre que for identificado um caso específico de atenção, contribuir no direcionamento e acesso a serviço da delegacia para registro de ocorrência (como agressões ou perda de documentos), quebrando estigma institucional/preconceito de profissionais da segurança com relação à pessoa em situação de rua.
- Destinar um profissional de referência para atuar junto ao projeto no acompanhamento das ações e casos vinculados a segurança pública e defesa social

7. Atuação da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

A Estação do Cuidado possui uma advogada cedida pelo Centro de Referência sobre Drogas (equipamento da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas/SPS) para atuar uma vez por semana (às quartas-feiras) no ponto de apoio. Entretanto, o movimento está ficando grande e está sendo articulada a atuação da Defensoria Pública do Estado do Ceará nas ações, como fortalecimento das ações que envolvem o jurídico.

- Atuar em parceria com a equipe da Estação do Cuidado para orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos do público assistido, tendo em vista a condição de vulnerabilidade.
- Ofertar ações periódicas para que o público assistido possa se beneficiar de serviços em relação às diferentes demandas de família e cível, pedidos de 2ª via de certidão de nascimento, como também a consulta a processos criminais e tira-dúvidas sobre direitos e acesso à justiça com os defensores públicos.
- Dar entrada, realizar encaminhamentos e/ou acompanhamento às ações judiciais do público assistido, por meio de articulação com a equipe da Estação do Cuidado, conforme a possibilidade.
- Destinar um profissional de referência para atuar junto ao projeto no acompanhamento das ações e casos vinculados a questões jurídicas

8. Atuação de Instituições de Ensino Superior

A SPS está firmando Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Ceará - UFC e em articulação com a Universidade Estadual do Ceará - UECE, estabelecendo propostas como:

- Realizar no território, campo de extensão dos cursos de: medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, gastronomia, entre outros.

- Promover ações de atendimento ao público com participação de preceptores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Apoiar campanhas educativas de promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Realizar cursos de qualificação profissional com apoio da graduação e pós-graduação, que possibilitem a profissionalização das pessoas do território;
- Realizar estudos e pesquisas;
- Destinar um profissional de referência para atuar junto ao projeto no acompanhamento das ações e casos vinculados a educação permanente, estudos e pesquisas

A proposta é ampliar as parcerias com outras instituições e programas de graduação e pós-graduação.

9. Atuação do Sistema Fecomércio-CE, através da Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará:

Está sendo firmada parceria com a Fecomércio, para contribuir da seguinte forma:

- Disponibilizar para o público assistido, capacitação profissional com cursos nos segmentos de Gastronomia, Hospitalidade e Infraestrutura.
- Disponibilizar de forma contínua uma sala/espço para uso em atividades de curso de qualificação profissional, Educação para Jovens e Adultos - EJA, entre outras atividades que forem necessárias de vinculação do Estacao do Cuidado (sala climatizada, com cadeiras móveis e equipamento audiovisual).
- Contribuir com estratégias que favoreçam oportunidades de trabalho e renda
- Destinar um profissional de referência para atuar junto ao projeto no acompanhamento das ações e casos vinculados à qualificação social, profissional, emprego e renda.

10. Parceria com a Igreja Revival

Diante da localização estratégica dentro do território e da excelente acolhida do condutor da entidade religiosa, as reuniões com a comunidade tem ocorrido com frequência neste local.